

Instituto Universitário de Lisboa



**A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES DE
ENSINO SUPERIOR PARTICULARES LOCALIZADAS NO EXTREMO
NORTE DA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA: O CASO DE RORAIMA**

Elaine Assis Melo de Almeida

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Gestão de Empresas

Orientador:

Professor Doutor. Rui Manuel Campilho Pereira de Menezes, Professor do ISCTE
Business School – Departamento de Métodos Quantitativos

Lisboa

Setembro de 2010

Instituto Universitário de Lisboa



**A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES DE
ENSINO SUPERIOR PARTICULARES LOCALIZADAS NO EXTREMO
NORTE DA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA: O CASO DE RORAIMA**

Elaine Assis Melo de Almeida

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Gestão de Empresas

Lisboa, ____ / _____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Rui Manuel Campilho Pereira de Menezes

Prof.º.

Prof.º.

**Elaine
Almeida**

**A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO CONTEXTO DAS
DISTÂNCIA NO CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES
CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

ENSINO SUPERIOR DA UFPA

Resumo

O presente trabalho apresenta estudo sobre a Educação à Distância (EAD) com o intuito de averiguar se a crescente expansão dessa modalidade de ensino registrada no Brasil pode ser considerada como uma ameaça ao preenchimento das vagas dos cursos de graduação das instituições de ensino superior (IES) particulares existentes no Estado de Roraima, a unidade da federação mais setentrional da Amazônia Legal Brasileira. É realizada uma revisão teórica que considera alguns aspectos importantes para a pesquisa – como a perspectiva histórica do desenvolvimento do setor educacional no Brasil e em Roraima (tanto presencial como a distância), a situação sócio-econômica da população objeto de estudo com ênfase no isolamento físico e tecnológico da região em apreço e, principalmente, o posicionamento dos alunos acerca de suas perspectivas sobre o ensino superior e sua disposição em substituir um curso de graduação presencial pelo mesmo curso ofertado através da modalidade de EAD. O estudo é exploratório e descritivo e apresenta uma pesquisa com uma amostra de 10,16% dos alunos concluintes do ensino médio no ano de 2009. O resultado obtido indica que, apesar da disposição de 45,5% dos entrevistados em substituir o curso de graduação presencial pelo mesmo curso ofertado através da modalidade de EAD, o preenchimento das vagas ofertadas pelas IES particulares ainda não pode ser considerado ameaçado por essa variável, haja vista a inexistência da oferta dos cursos de maior preferência dos entrevistados através dessa modalidade, bem como pelo fato de 82,52% deles ter declarado que optarão pelo ingresso no curso de sua preferência, independentemente da IES (pública ou privada) que o oferece.

Palavras-chave: Educação à Distância, Instituições de Ensino Superior Particulares, Estado de Roraima, Vagas Ociosas.

Abstract

This work presents a study about Distance Education (EAD) with a intuition to check if the growing expansion this modality of teaching registered in Brazil be considered as a threat to the filling of vacancies for undergraduate courses of higher education institutions (HEIs) privates in the State of Roraima, the northernmost unit of the federation Brazilian Amazon. It's fulfilled some review theoretical aspects considered important for research - as the historical perspective of the education sector development in Brazil and Roraima (both attend and distance), the socioeconomic status of the population object of study with emphasis on isolation physical and technological developments in the region under consideration, and especially the placement of students about their perspectives on higher education and their willingness to substitute a graduate course face the same course offered through distance education mode. The study is exploratory and descriptive and presents a survey of a sample of 10.16% of students graduating from high school in 2009. The result indicates that despite the inclination of 45.5% of the interviewees in replace the curse of attend graduation for the same course offered through distance education mode, the filling of vacancies offered by private HEIs may not yet be considered threatened by this variable, given the lack of supply of courses with the highest preference of the interviewees through this modality, as well as the fact that 82.52% of them have declared that opt for enrolling in the course of your choice, regardless of the HEIs (public or private) that offer it.

Word-key: Distance Education, Private Higher Education Institutions, State of Roraima, unfilled vacancies.

Dedicatória

À Maria Neusa Silva,
Mãe e amiga.

Ao meu esposo Kelvem Melo de Almeida,
Companheiro e cúmplice.

Aos meus filhos Davi e Artur Almeida,
Razões do meu viver.

Agradecimentos

Em primeiro lugar a Deus, por permitir que essa jornada lograsse êxito.

À minha mãe e ídolo, Maria Neusa Silva, cuja ajuda foi incalculável, sobretudo nos momentos mais difíceis, o que torna impossível traduzí-la em simples palavras.

Aos meus filhos, Davi e Artur Almeida, reis do meu coração, aos quais peço desculpas pela ausência em muitos momentos ao longo destes dois anos.

Ao meu marido, Kelvem Melo por acreditar que eu conseguiria antes mesmo de mim, além da paciência e amor dedicados especialmente nos períodos de minhas viagens e ausências.

À Gorete Edna de Souza, pelo zelo com o qual cuida dos meus filhos em minhas ausências, o que permite a tranquilidade necessária para me realizar profissionalmente.

As minhas amigas e chefes Cláudia Raquel Francez e Valdira Silva, pela compreensão dos meus desvios de atenção durante o expediente de trabalho.

A minha irmã Gislaine Teixeira e sua filha, minha querida afilhada Deborah Carneiro, pela disposição em colaborar com este trabalho com o que fosse possível e em todos os momentos.

Aos empreendedores e amigos, Alexandre e Adriano Remor, Rui Martini pela confiança e apoio e, principalmente, a Brena Linhares, cujo pioneirismo e disposição foram fundamentais para minha decisão em cumprir tamanha jornada.

Ao colega professor Albério Pinto pela valorosa colaboração.

A todos os amigos, colegas e alunos que creditaram em mim.

Ao professor Rui Menezes, que aceitou ser meu orientador mesmo diante do tema proposto e sempre respondeu a todos os questionamentos, com muita dedicação e colaboração.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Evolução do número cursos e vagas oferecidas por meio de EAD - 2000 - 2008

Tabela 2: Evolução do percentual de domicílios com computador com acesso a *internet* nas regiões do Brasil - 2005 - 2009.

Tabela 3: Local de acesso individual à *internet* nas regiões do Brasil - 2009.

Tabela 4: Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1980 -2008

Tabela 5: Percentuais de instituições, cursos e matrículas de graduação presencial, segundo a região do Brasil 1996 e 2004

Tabela 6: Relação candidato vs. vaga no Brasil - 1996 – 2008.

Tabela 7: Distância da cidade de Boa Vista (Capital do Estado de Roraima) para outras capitais do Brasil.

Tabela 8: População Residente no Brasil e no Estado de Roraima na data do Recenseamento - 1970 – 2007.

Tabela 9: Evolução do IDH no Brasil e no Estado de Roraima - 1970 e 2000.

Tabela 10: Índice de GINI no Brasil e em Roraima - 1991 – 2007.

Tabela 11: Número de Instituições e de Cursos Graduação Presenciais - 2001 e 2008.

Tabela 12: Número de alunos matriculados em cursos de graduação presencial no Estado de Roraima - 1995 – 2008.

Tabela 13: Relação candidatos inscritos e ingressantes para cada vaga oferecida nos processos seletivos em 2008.

Tabela 14: Teste de hipótese

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Divisão de Classes Sociais no Brasil - 2008

Gráfico 2: Relação Vagas vs. Candidatos vs. Ingressos em cursos de graduação por meio de EAD 2003 a 2008

Gráfico 3: Percentual de lares brasileiros que possuem computador

Gráfico 4: Percentual de brasileiros que utilizaram *lan house* no ano de 2009 para acessar a *internet*, por faixa de renda.

Gráfico 5: Titulação do corpo docente das IES públicas e IES privadas do Brasil em 2008.

Gráfico 6: Evolução do percentual de vagas ociosas no ensino superior no Brasil - 1996-2008

Gráfico 7: Comparação do percentual de vagas ociosas em cursos de graduação no Brasil e em Roraima 2001 – 2008

Gráfico 8: Titulação do corpo docente das IES públicas e IES privadas do Estado de Roraima – 2008

Gráfico 9: Idade dos entrevistados.

Gráfico 10: Renda familiar dos entrevistados.

Gráfico 11: Entrevistado que possuem computador em casa

Gráfico 12: Local onde os entrevistados costumam acessar a *internet*.

Gráfico 13: Instituição de preferência dos entrevistados para cursar o ensino superior.

Gráfico 14: Curso superior de preferência dos entrevistados.

Gráfico 15: Situação em que os entrevistados substituiriam o curso presencial de ensino superior pelo mesmo curso através da modalidade de EAD.

Gráfico 16: Vagas ociosas nas IES particulares de Roraima – 2001 – 2008

Gráfico 17: Ingressos em cursos de graduação através da modalidade de EAD no Brasil - 2001 - 2008

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa da Amazônia Legal Brasileira

Lista de Abreviaturas

ABRAEAD	Anuário Brasileiro de Educação Aberta e à Distância
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Educação à Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IES	Instituição de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
SEPLAN/RR	Secretaria de Estado de Planejamento do Estado de Roraima.
SM	Salário Mínimo
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNIVIRR	Universidade Virtual de Roraima
UNOPAR	Universidade do Oeste do Paraná

Índice

Resumo	III
Abstract	IV
Dedicatória	V
Agradecimentos	VI
Lista de Tabelas	VII
Lista de Gráficos	VIII
Lista de Figuras	IX
Lista de Abreviaturas	X
Introdução	1
Problema de Investigação	2
Objetivo Final	2
Objetivos Intermediários	2
Delimitação do Estudo	3
Relevância do Estudo	3
1 O que é EAD ?	6
1.1 Histórico da EAD	9
1.1.1 Quadro Cronológico Internacional da EAD	9
1.1.2 Breve Histórico da EAD no Brasil	12
2 Desenvolvimento da EAD no Ensino Superior no Brasil	17
2.1 EAD no Ensino Superior no Brasil: Uma Indústria Emergente	17
2.2 A Modalidade de EAD como Produto Substituto ao Curso Presencial de Graduação	19
2.3 Expansão dos Cursos de Graduação na Modalidade de EAD no Brasil	22
2.3.1 Extraterritorialidade	24
2.3.2 Criação da Universidade Aberta do Brasil – UAB	25
3 Informatização e Comunicação <i>on line</i> no Brasil	26
3.1 Domicílios com Computador no Brasil	26
3.2 Acesso a <i>internet</i> no Brasil	27
3.3 Inclusão Digital	29
4 Panorama do Ensino Superior no Brasil	31
4.1 Instituições de Ensino Superior Particulares no Brasil	33
4.2 Ociosidade de Vagas	35
5 Estado de Roraima: O Extremo Norte da Amazônia Legal Brasileira	37
5.1 Processo de Formação do Estado de Roraima	37
5.2 Aspectos Geográficos	38
5.3 Aspectos Econômicos	40
5.4 Aspectos Sociais	42
5.5 Educação em Roraima	43
5.5.1 Ensino Superior	43
5.5.2 Ociosidade de Vagas	45
5.6 EAD no Ensino Superior de Roraima	47
5.6.1 Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR	47
6 Metodologia	49
6.1 Tipo de Pesquisa	49
6.2 Ferramenta Utilizada	50
6.3 Universo e Amostra	51
6.4 Seleção dos Sujeitos	51

6.5 Tratamento dos Dados	51
6.6 Limitações do Método	53
7 Apresentação e Análise dos Resultados	54
7.1 Principais Resultados do Inquérito aos Alunos Concluintes do Ensino Médio	55
7.1.1 Perfil Sócio-Econômico dos Entrevistados	55
7.1.2 Aspirações dos Entrevistados com Relação ao Curso de Ensino Superior	57
7.1.3 Posicionamento dos Entrevistados ante a Possibilidade de Realização do Cursos Superior por Meio de EAD	60
7.2 Análise Conjunta da Ociosidade de Vagas e da Expansão da EAD	62
7.3 Discussão dos Resultados	63
8 Considerações Finais	65
9 Referências Bibliográficas	69
Apêndice.....	73

Introdução

A velocidade com que ocorrem as mudanças tecnológicas no macro ambiente pode maximizar o impacto das variáveis presentes no ambiente tarefa das organizações de uma determinada indústria, sobretudo as correlacionadas à concorrência e aos clientes, o que é decisivo não só para o resultado obtido no curto prazo, mas também pode abreviar o ciclo de vida das mesmas.

A regulamentação do artigo 80 da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), inicialmente através do Decreto 2.494/98 e, atualmente, pelo Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005, tornou legalmente equivalente os cursos de ensino superior presenciais e os ministrados através da modalidade de Educação à Distância (EAD) e a disponibilidade de novas tecnologias, principalmente a *internet*, proporcionou rápida expansão dos cursos de graduação através dessa modalidade.

Apesar de centenária, a EAD no ensino superior pode ser considerada estrategicamente como uma “indústria emergente”, haja vista que sua regulamentação foi efetivada há apenas uma década, período que coincidiu com a expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) particulares no extremo norte da Amazônia Legal Brasileira e, por consequência, no Estado de Roraima, registrada mais fortemente a partir do ano de 2001.

O Brasil possui dimensões continentais e, dentre suas cinco regiões, a região norte é a única completamente inserida na porção denominada Amazônia Legal Brasileira, que, apesar de ser a maior em extensão de terras, é a mais isolada geograficamente além de ser uma das duas menos desenvolvidas do país (a outra é a região nordeste) e o Estado de Roraima é o que se situa mais ao extremo norte da referida região.

O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), possibilita que brasileiros de todas as regiões cursem o ensino superior gratuitamente em uma das IES públicas federais existentes no país, inclusive as maiores e mais bem conceituadas universidades das regiões sul e sudeste do Brasil, que são as mais desenvolvidas.

Dados obtidos através do portal do Ministério da Educação (MEC/INEP) dão conta que o número de candidatos por vaga disponível nas IES particulares do Brasil é, em média, sete vezes menor do que o mesmo índice das IES públicas, além do percentual de vagas ociosas das instituições particulares ter chegado a 50% no ano de 2008.

A expansão da EAD pode contribuir para a dificuldade das IES particulares em preencher as vagas de seus cursos presenciais, fundamentalmente os que são igualmente ofertados por ambas as modalidades (presencial e à distância), haja vista que o Estado utilizado como *locus*

de pesquisa, apresenta, pelo menos, três fatores que favorecem a substituição do curso ofertado pela IES particular e o mesmo curso ofertado através da modalidade de EAD, são eles: distância geográfica, baixa renda da população e a preferência da população brasileira por cursos com chancela das IES públicas federais.

Considerando que a educação é um serviço de especialidade pelo qual o cliente está disposto a ir mais longe ou a pagar mais caro para dele dispor, as instituições de ensino que conseguem apresentar serviços com características únicas são as que despertam o desejo do estudante em optar pela diferenciação, ou seja, ele classifica o serviço da IES como “especial” e quer usufruir a imagem da marca e o *know how* do prestador.

Logo, além da preocupação com a ameaça da expansão da EAD na condição de produto substituto em seu posicionamento estratégico, os gestores das IES particulares não devem esquecer que a diferenciação também é um fator preponderante na decisão do estudante em substituir ou não o curso de graduação presencial pelo mesmo curso ministrado através da modalidade de EAD.

Problema de Investigação

Em que medida a crescente expansão da EAD no Brasil, registrada após a vigência da LDB 9.394/96, ameaça o preenchimento das vagas dos cursos presenciais de graduação das IES particulares existentes no Estado de Roraima?

Objetivo Final

Realizar estudo sobre a modalidade de EAD com o intuito de averiguar se a crescente expansão dessa modalidade de ensino, registrada no Brasil após a vigência da LDB 9.394/96, pode ser considerada como uma ameaça para o preenchimento das vagas dos cursos de graduação das IES particulares existentes no Estado de Roraima, localizado no extremo norte da Amazônia Legal Brasileira.

Objetivos Intermediários

- Descrever o panorama da Educação à Distância no Brasil após a entrada em vigor da LDB 9.394/96, destacando a expansão da oferta de cursos de graduação através dessa modalidade no Estado de Roraima.

- Identificar as características da IES particulares situadas no Estado de Roraima bem como o ambiente geográfico, econômico e social onde se inserem.
- Identificar o perfil do público alvo básico dos cursos de graduação, concluintes do ensino médio do ano de 2009 e mensurar o grau de aceitação da modalidade de EAD no Estado de Roraima entre esses jovens.
- Analisar o conjunto de variáveis ambientais descritas nos demais objetivos intermediários com o intuito de identificar o posicionamento estratégico mais apropriado para as IES privadas do extremo norte da Amazônia Legal diante da expansão da EAD no Brasil.

Delimitação do Estudo

A expansão dos cursos de graduação através da modalidade de Ensino a Distância, registrada no Brasil após a entrada em vigor da LDB nº 9.394/96, permite que os clientes em potencial das instituições de ensino superior (IES) situadas no extremo norte da Amazônia Legal Brasileira possam optar por realizar seu curso de graduação com chancelas de instituições tradicionais e nacionalmente reconhecidas, independentemente da conjunção de fatores adversos de ordem geográfica, social e econômica existente na referida região.

O custo reduzido, aliado ao desconhecimento de fronteiras que a EAD proporciona e à comodidade e flexibilidade no horário dedicado aos estudos, também contribuem para atrair o alunado, logo, o presente estudo se restringirá a analisar a EAD e até que ponto essa modalidade de ensino se configura como ameaça ao preenchimento das vagas dos cursos presenciais oferecidos pelas IES privadas situadas no Estado de Roraima, restringindo-se ao principal grupo de clientes em potencial dos cursos de graduação que são os estudantes concluintes do ensino médio da referida localidade.

Relevância do Estudo

O poder de escolha de um cliente diante da possibilidade de substituição de um produto por outro similar oriundo de uma indústria emergente deve ser estudado de forma analítica, sobretudo quando se trata de um ambiente de acirrada concorrência em um mercado de possibilidades limitadas.

A Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 contempla em seu artigo 80 a modalidade de ensino a Distância, posteriormente regulamentado através do Decreto n.º 5.622/05. A partir de então, o Brasil assiste um crescimento exponencial dessa modalidade de ensino através da oferta de cursos de graduação de nível superior, inclusive por meio de instituições públicas de alto conceito na sociedade brasileira, devidamente mensurado e reconhecido pelo Ministério da Educação do Brasil.

As cinco instituições de ensino superior de natureza particular situadas no estado de Roraima são, sem exceção, muito jovens (criadas a partir do ano de 2001) e ainda buscam se afirmar no mercado cujo ambiente é de acirrada concorrência, que pode ser percebida de maneira mais clara quando se constata que a maioria dessas IES oferece basicamente os mesmos cursos de graduação ao nível de Bacharelado (Administração, Direito, Ciências Contábeis e Pedagogia) e uma gama de cursos de nível tecnológico, que visa atrair os estudantes em função de sua curta duração, todos ministrados por docentes cuja maioria (61,5%) possui qualificação apenas ao nível de especialista.

A ociosidade de vagas registrada pelas IES privadas situadas no Estado de Roraima decorre, explicitamente, de um conjunto de variáveis oriundas do ambiente onde tais instituições encontram-se inseridas, tais como: a baixa renda *per capita* dos clientes potenciais, desequilíbrio entre oferta e demanda dos cursos presenciais ofertados e a acirrada concorrência do setor.

Contudo, o crescimento exponencial do número de alunos matriculados em cursos de graduação através da modalidade de EAD não deve ser desprezado como variável com influência direta, ainda que de forma discreta, no montante de vagas ociosas registrado pelas IES privadas situadas em Roraima, principalmente pelo fato da EAD representar uma ameaça estratégica a esta indústria sob a ótica de produto substituto ao ensino presencial.

O Estado de Roraima localiza-se na porção mais ao extremo norte da Amazônia Legal Brasileira e, em um país como o Brasil que possui dimensões continentais, apenas a distância física dos grandes centros urbanos e, portanto, das mais renomadas instituições de ensino superior, já seria um atrativo suficiente para influenciar a escolha dos jovens que ali residem em optar por realizar seu curso de graduação à distância.

Aliada à distância geográfica, encontra-se o baixo poder aquisitivo de sua população, predominantemente das classes sociais C e D, cujos rendimentos são incompatíveis com a média dos preços dos cursos presenciais de graduação praticados pelas IES privadas bem como a criação do sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil), que oferta cursos de

graduação gratuitamente por meio de EAD para todos os Estados do Brasil mediante parcerias com todas as esferas de governo (federal estadual e municipal).

O presente estudo tem como pretensão dimensionar o quão o público alvo das IES privadas está predisposto a optar por realizar cursos de graduação através da modalidade de EAD, com o intuito identificar o posicionamento estratégico mais apropriado para essas instituições diante de tal questão, com ênfase ao contexto geográfico, econômico e social peculiar existente no extremo norte da Amazônia Legal Brasileira.

1 O que é EAD ?

De forma geral, a Educação a Distância (EAD) apresenta-se como uma modalidade de ensino alternativa à convencional, principalmente por tornar desnecessária a presença física simultânea de professor e aluno no mesmo ambiente. Tal diferenciação encontra-se descrita na definição de EAD contida no Decreto n.º 5.622 de 19 de dezembro de 2005¹, *in verbis*:

A Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A legislação brasileira apenas reflete os elementos centrais dos conceitos de EAD estabelecidos por diversos autores, alguns dos quais elencados ao longo do presente capítulo. Há conceitos redigidos de forma restrita, pois apenas enfatizam aspectos relativos à separação física entre professor e aluno. Para Roberts (1996) *apud* Santos (2008), a Educação à Distância, em termos práticos, é projetada para atender estudantes que, por razões geográficas ou temporais, estão impossibilitados de frequentar cursos presenciais.

Mesmo em entendimentos descritos de forma mais analítica, percebe-se que o elemento central permanece no campo físico, seja na ênfase dada a separação entre professor e aluno, seja na preocupação com quais os instrumentos de comunicação devem ser utilizados para permitir a “união” desses dois atores indispensáveis para a viabilização do processo de ensino aprendizagem.

Essa preocupação pode ser observada nos elementos centrais da Educação à Distância elencados por Keegan (1999): separação física entre professor e aluno, que distingue o EAD do ensino presencial; influência da organização educacional (planejamento, sistematização, plano, projeto e organização rígida), que a diferencia da educação individual; uso de meios técnicos de comunicação, usualmente impressos, para unir o professor ao aluno e transmitir os conteúdos educativos; comunicação de mão-dupla, onde o estudante pode beneficiar-se da iniciativa no diálogo; possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização; e participação de uma forma industrializada de educação, potencialmente revolucionária.

Os elementos tidos como centrais por Keegan são compatíveis com as características dessa modalidade anteriormente elencadas por Landim (1997), a saber: a separação professor/aluno;

¹ Decreto que regulamenta o artigo 80 da Lei 9394/96 e revogou o Decreto 2.494/98.

os meios técnicos; a organização (apoio-tutoria); a aprendizagem independente; a comunicação bidirecional; o enfoque tecnológico; a comunicação massiva e os procedimentos industriais. Tais elementos já haviam sido descritos anteriormente na concepção de EAD descrita por Aretio (1994: 48):

É um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que pode ser massivo e que substitui a interação pessoal, na sala de aula, de professor e aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria que propiciam a aprendizagem independente e flexível dos alunos.

Em contrapartida, o traço que distingue a modalidade de EAD do ensino presencial não deve mais ser a separação física entre professor e aluno, uma vez que os mesmos podem, de fato, interagir em tempo real em ambientes virtuais. Linn (1996) salientou que a variedade de formas de discussão eletrônica, como correio eletrônico e quadros de avisos eletrônicos, permitem interação que se assemelha ao ambiente de uma sala de aula presencial tanto entre professor – aluno, como entre os alunos.

Nesse contexto, há que ser destacada a importância do instrutor na modalidade de EAD, pois deverá atuar como facilitador que visa assegurar a interação dos participantes, sobretudo nos cursos *on line*, pois a distância físico-geográfica não deve atrapalhar o aprendizado do aluno.

Segundo Maia (2003), nesse novo modelo de educação, os instrutores desempenham mais o papel de facilitadores do que de especialistas, pois os cursos são menos estruturados e mais personalizados e cabe aos próprios alunos cuidar de sua instrução, o que reforça a idéia de que os alunos aprenderão por fazer e não por memorização.

Uma das atribuições-chaves do instrutor que viabiliza o envolvimento dos alunos e a avaliação da aprendizagem dos mesmos é o denominado “retorno”, que foi enfatizado por Linn (1996), quando recomenda a criação de teleconferências, o estabelecimento de discussões *on line* e o uso de orientações particulares para assegurar o retorno sobre as tarefas de casa, diante do contato menos freqüente entre professor e aluno na modalidade de EAD.

A combinação de recursos humanos e eletrônicos visa estimular a autonomia do estudante. Contudo, deve-se ressaltar que a autonomia do aluno que se espera nessa modalidade de ensino não pode ser confundida com autodidatismo, considerando que o mesmo conta com a infraestrutura de apoio e com uma proposta pedagógica e didática, como se observa na definição de Moore (1996: 2), *apud* Santos (2008):

A Educação à Distância é um aprendizado planejado, que normalmente ocorre em local diferente do ensino, por isso requer técnicas especiais na elaboração do curso, técnicas instrucionais especiais, métodos especiais de comunicação eletrônica e outras tecnologias, assim como uma organização especial e estratégias administrativas.

Cabe ainda elencar o aspecto social que é associado ao conceito de EAD por alguns de seus pensadores, por considerarem essa modalidade de ensino como uma opção para atender à demanda por educação continuada, principalmente após a internet ter se tornado seu mais importante veículo tecnológico.

Todorov (1994) *apud* Santos (2008) atribui à Educação a Distância a função de democratização do saber por se tratar de uma inovação educativa que tem por objetivo maior oferecer condições de acesso para todas as pessoas que não estejam ou não possam ser atendidas pela modalidade tradicional de ensino presencial. A democratização do conhecimento também se faz presente na definição de EAD redigida por Preti (1996: 27):

Deve ser compreendida como uma prática educativa situada e mediatizada, uma modalidade de se fazer educação, de se democratizar o conhecimento. É, portanto, uma alternativa pedagógica que se coloca hoje ao educador que tem prática fundamentada em uma racionalidade ética, solidária e compromissada com as mudanças sociais.

A variável sócio-econômica está presente em alguns dos conceitos de EAD bem como a necessidade de oferecer uma alternativa para o crescimento da demanda por educação continuada, que ocorre não somente pelo aumento populacional em si, mas também devido a elevação do padrão do Índice de Desenvolvimento Humano ocorrida nas últimas três décadas², como salientado por Preti (1996: 16):

(...) a crescente demanda por educação, devida não somente à expansão populacional como, sobretudo, às lutas das classes trabalhadoras por acesso à educação, ao saber socialmente produzido, concomitantemente com a evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos está exigindo mudanças em nível de função e da estrutura da escola e da universidade.

Mesmo diante da necessidade sócio-econômica que alimenta a expansão da EAD, tal expansão não deve ocorrer de forma aleatória, ou seja, desassociada de duas questões cruciais para o desenvolvimento e a garantia da qualidade dessa modalidade de ensino, destacadas por Ribeiro (1994), que se concentram na preparação criteriosa e competente do material didático

² A classificação segundo IDH se divide em: Elevado (0,800 a 1), Médio (0,500 a 0,799) e Baixo (0 a 0,500). O IDH do Brasil, por exemplo, saltou de 0,472 (nível baixo) em 1970 para 0,802 (nível elevado) em 2005. O IDH de Portugal elevou-se da classificação média em 1975 (0,785) para a classificação superior já em 1985 (0,821) e encontrava-se em 0,904 em 2005.

e no estabelecimento de exames a prova de fraude e que permitam a avaliação da eficiência do aprendizado dos alunos e dos cursos.

1.1 Histórico da EAD

1.1.1 Quadro Cronológico Internacional da EAD

Santos (2008) descreveu os principais marcos históricos internacionais da EAD da seguinte forma:

- 1728 - A Gazeta de Boston, em sua edição de 20 de março, oferece num anúncio: "material para ensino e tutoria por correspondência";
- 1833 - O número 30 do periódico sueco Lunds Weckoblad comunica a mudança de endereço, durante o mês de agosto, para as remessas postais dos que estudam "Composição" por correspondência;
- 1840 - Um sistema de taquigrafia à base de fichas e intercâmbio postal com os alunos é criado pelo inglês Isaac Pitman;
- 1843 - Funda-se a Phonographic Correspondence Society, que se encarrega de corrigir as fichas com os exercícios de taquigrafia anteriormente aludidos;
- 1856 - Em Berlim, a Sociedade de Línguas Modernas patrocina os professores Charles Toussain e Gustav Laugenschied para ensinarem francês por correspondência;
- 1858 - A Universidade de Londres passa a conceder certificados a alunos externos que recebem ensino por correspondência;
- 1873 - Surge, em Boston, EUA, a Sociedade para a Promoção do Estudo em Casa;
- 1883 - Começa a funcionar, em Ithaca, no Estado de Nova Iorque, EUA, a Universidade por Correspondência;
- 1891 - Por iniciativa do reitor da Universidade de Chicago, W. Raineu Harper é criado um Departamento de Ensino por Correspondência; Na Universidade de Wisconsin, os professores do Colégio de Agricultura mantêm correspondência com alunos que não podem abandonar seu trabalho para voltar às aulas no campus; Nos Estados Unidos são criadas as Escolas Internacionais por Correspondência;
- 1894 - O Rutinsches Fernelehrinstitut de Berlim organiza cursos por correspondência para obtenção do Abitur (aceitação de matrícula na Universidade);

- 1903 - Julio Cervera Baviera abre, em Valência, Espanha, a Escola Livre de Engenheiros; As Escolas Calvert de Baltimore, EUA, criam um Departamento de Formação em Casa, para acolher crianças de escolas primárias que estudam sob a orientação dos pais;
- 1910 - Professores rurais do curso primário começam a receber material de educação secundária pelo correio, em Vitória, Austrália;
- 1911 - Ainda na Austrália, com a intenção de minorar os problemas das enormes distâncias, a Universidade de Queensland começa a experiência para solucionar a dificuldade;
- 1914 - Na Noruega, funda-se a Norst Correspondanseskole e, na Alemanha, a Fernschule Jena;
- 1920 - Na antiga URSS, implanta-se, também, este sistema por correspondência;
- 1922 - A New Zeland Correspondence School começa suas atividades com a intenção inicial de atender a crianças isoladas ou com dificuldade de frequentar as aulas convencionais. A partir de 1928, atende também a alunos do ensino secundário;
- 1938 - No Canadá, na cidade de Victória, realiza-se a Primeira Conferência Internacional sobre a Educação por Correspondência;
- 1939 - Nasce o Centro Nacional de Ensino à distância na França (CNED), que, em princípio, atende, por correspondência, a crianças refugiadas de guerra. É um centro público, subordinado ao Ministério da Educação Nacional;
- 1940 - Na década de quarenta, diversos países do centro e do leste europeus iniciam esta modalidade de estudos. Já por estes anos os avanços técnicos possibilitam outras perspectivas que as de ensino meramente por correspondência;
- 1946 - A Universidade de Sudafrica (UNISA) começa a ensinar também por correspondência;
- 1947 - Através da Radio Sorbonne, transmitem-se aulas de quase todas as matérias literárias da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris;
- 1951 - A Universidade de Sudafrica, atualmente única Universidade à distância na África, dedica-se exclusivamente a desenvolver cursos à distância;
- 1960 - Funda-se o Beijing Television College, na China, que encerra suas atividades durante a Revolução Cultural, o que acontece também ao restante da educação pós-secundária;

- 1962 - Inicia-se, na Espanha, uma experiência de Bacharelado Radiofônico; A Universidade de Dehli cria um Departamento de Estudos por Correspondência, como experiência para atender aos alunos que, de outro modo, não podem receber ensino universitário;
- 1963 - Surge na Espanha o Centro Nacional de Ensino Médio por Rádio e Televisão, que substitui o Bacharelado Radiofônico, criado no ano anterior; Inicia-se, na França, um ensino universitário, por radio, em cinco Faculdades de Letras (Paris, Bordeaux, Lille, Nancy e Strasbourg) e na Faculdade de Direito de Paris, para os alunos do curso básico; Duas instituições neozelandesas se unem (Victoria University of Wellington e Massey Agricultural College) e formam a Massey University Centre for University Extramural Studies da Nova Zelândia;
- 1968 - O Centro Nacional de Ensino Médio por Rádio e Televisão da Espanha se transforma no Instituto Nacional de Ensino Médio à distância (INEMAD);
- 1969 - Cria-se a British Open University, instituição verdadeiramente pioneira e única do que hoje se entende como educação superior à distância. Inicia seus cursos em 1971. A partir desta data, a expansão da modalidade tem sido inusitada;
- 1972 - Cria-se em Madri, Espanha, a Universidad Nacional de Educacion a Distancia (UNED), primeira instituição de ensino superior a suceder a Open University em nível mundial;
- 1974 - Criada a Universidade Aberta de Israel, que oferece, em hebreu, cerca de 400 cursos em domínios variados;
- 1975 - Criada a Fernuniversität, na Alemanha, dedicada exclusivamente ao ensino universitário;
- 1979 - Criado o Instituto Português de Ensino à distância, cujo objetivo era lecionar cursos superiores para população distante das instituições de ensino presencial e qualificar o professorado;
- 1988 - O Instituto Português de Ensino à distância dá origem a Universidade Aberta de Portugal.

1.1.2 Breve Histórico da EAD no Brasil

A Educação à Distância surgiu oficialmente no Brasil na década de 70, nos moldes do Movimento de Educação de Base (MEB), cujo objetivo era alfabetizar jovens e adultos com a utilização do rádio, através do Programa Nacional de Tele-educação.

Embora o marco regulatório dessa modalidade de ensino seja a Lei 5.622 de 11 de agosto de 1971 (mais precisamente no Artigo 26 do dispositivo mencionado), tratava-se de uma regulamentação que contemplou especificamente o ensino supletivo³ à distância, diferentemente da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, conforme observou Niskier (1999: 16):

O sistema de ensino brasileiro obteve enorme flexibilidade com a promulgação da Lei n.º 9.394 de 20 de novembro de 1996, cuja regulamentação propicia a criação de novas modalidades de cursos, de modo a poder incorporar novos conteúdos, práticas pedagógicas e procedimentos de avaliação.

Apesar da implantação oficial da EAD no Brasil ser considerada recente, especialmente quando comparada ao surgimento dessa modalidade de ensino no mundo, não se pode deixar de registrar que as primeiras iniciativas extra-oficiais acerca dessa questão aconteceram ainda no início do século XX, mais precisamente em 1904, com o ensino através do ensino por correspondência, quando instituições privadas passaram a ofertar cursos técnicos sem exigir escolarização anterior.

A consagração desse modelo deu-se com a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, concebida por um grupo liderado por Henrique Morize e Roquete Pinto (1923), e também com o surgimento do Instituto Monitor (1939), do Instituto Universal Brasileiro (1941) e de outras organizações similares.

Os cursos supletivos a distância com aulas transmitidas por satélite e complementadas por kits de materiais impressos começaram a ser oferecidos por instituições privadas e organizações não governamentais entre 1970 e 1980.

Com expansão da internet nas instituições de ensino superior ocorrida a partir de 1994 e a oficialização da EAD como modalidade equivalente para todos os níveis de ensino a partir da entrada em vigor da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB) em dezembro de 1996, tem início a oferta de cursos superiores à distância.

³ Ensino supletivo é uma modalidade educativa que tem como objetivo suprir ciclos não concluídos por um adolescente ou adulto durante a idade considerada adequada.

Pouco mais de uma década de vigência da LDB, segundo o Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância de 2008, os brasileiros já dispunham de 257 instituições credenciadas pelo Sistema de Ensino com cursos ministrados através da modalidade de EAD, sendo 93 instituições voltadas para o nível básico e técnico e 164 instituições voltadas para o nível superior (graduação e pós graduação *latu senso*) que, em conjunto, atenderam 972.826 no ano de 2007.

As ocorrências mais relevantes na história da EAD no Brasil foram resumidas pontualmente por Santos (2008) e podem ser assim descritas:

- 1923 - Fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro;
- 1936 - Doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Ministério da Educação e Saúde;
- 1937 - Criação do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação;
- 1959 - Início das escolas radiofônicas em Natal (RN);
- 1960 - Início da ação sistematizada do Governo Federal em EAD; contrato entre o MEC e a CNBB: expansão do sistema de escolas radiofônicas aos estados nordestinos, que faz surgir o MEB - Movimento de Educação de Base -, sistema de ensino à distância não - formal;
- 1965 - Início dos trabalhos da Comissão para Estudos e Planejamento da Radiodifusão Educativa;
- 1966 a 1974 - Instalação de oito emissoras de televisão educativa: TV Universitária de Pernambuco, TV Educativa do Rio de Janeiro, TV Cultura de São Paulo, TV Educativa do Amazonas, TV Educativa do Maranhão, TV Universitária do Rio Grande do Norte, TV Educativa do Espírito Santo e TV Educativa do Rio Grande do Sul;
- 1967 - Criada a Fundação Padre Anchieta, mantida pelo Estado de São Paulo, com o objetivo de promover atividades educativas e culturais através do rádio e da televisão (iniciou suas transmissões em 1969); constituída a Feplam (Fundação Educacional Padre Landell de Moura), instituição privada sem fins lucrativos, que promove a educação de adultos através de tele-educação por multimeios;

- 1969 - TVE Maranhão/CEMA - Centro Educativo do Maranhão: programas educativos para a 5ª série, inicialmente em circuito fechado e a partir de 1970 em circuito aberto, também para a 6ª série;
- 1970 - Portaria 408 - emissoras comerciais de rádio e televisão: obrigatoriedade da transmissão gratuita de cinco programas semanais de 30 minutos diários, de segunda a sexta-feira, ou com 75 minutos aos sábados e domingos. É iniciada, em cadeia nacional, a serie de cursos do Projeto Minerva, irradiando os cursos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial, produzidos pela Feplam e pela Fundação Padre Anchieta;
- 1971 - Nasce a ABT (inicialmente como Associação Brasileira de Tele-Educação), que já organizava, desde 1969, os Seminários Brasileiros de Tele-Educação atualmente denominados Seminários Brasileiros de Tecnologia Educacional. Trata-se da pioneira em cursos à distância, capacitando os professores através de correspondência;
- 1972 - Criado o Programa Nacional de Tele-Educação (Prontel)- que fortaleceu o Sinred - Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa;
- 1973 - Projeto Minerva passa a produzir o Curso Supletivo de 1º Grau, II fase, envolvendo o MEC, Prontel, Cenafor e secretarias de Educação;
- 1973-74 - Projeto SACI conclusão dos estudos para o Curso Supletivo "João da Silva", sob o formato de telenovela, para o ensino das quatro primeiras séries do 1º grau; o curso introduziu uma inovação pioneira no mundo, um projeto piloto de tele - didática da TVE, que conquistou o prêmio especial do Júri Internacional do Prêmio Japão;
- 1974 - TVE Ceará começa a gerar tele-aulas; o Ceteb - Centro de Ensino Técnico de Brasília - inicia o planejamento de cursos em convênio com a Petrobrás para capacitação dos empregados desta empresa e do projeto Logus II, em convênio com o MEC, para habilitar professores leigos sem afastá-los do exercício docente;
- 1978 - Lançado o Telecurso de 2º Grau, pela Fundação Padre Anchieta (TV Cultura/SP) e Fundação Roberto Marinho, com programas televisivos apoiados por fascículos impressos, para preparar o tele-aluno para os exames supletivos;

- 1979 - Criada a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa/MEC (FCBTVE); dando continuidade ao Curso "João da Silva", surge o Projeto Conquista também como telenovela, para as últimas séries do primeiro grau; começa a utilização dos programas de alfabetização por TV - (MOBRAL), em recepção organizada, controlada ou livre, abrangendo todas as capitais dos estados do Brasil;
- 1979 a 1983 - Implantado, em caráter experimental, o Posgrad - pós-graduação Tutorial à distância - pela Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior - do MEC, administrado pela ABT - Associação Brasileira de Tecnologia Educacional - com o objetivo de capacitar docentes universitários do interior do país;
- 1981 - FCBTVE trocou sua sigla para FUNTEVE: Coordenação das atividades da TV Educativa do Rio de Janeiro, da Rádio MEC-Rio, da Rádio MEC-Brasília, do Centro de Cinema Educativo e do Centro de Informática Educativa;
- 1983 / 1984 Criação da TV Educativa do Mato Grosso do Sul; Início do "Projeto Ipê", da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e da Fundação Padre Anchieta, com cursos para atualização e aperfeiçoamento do magistério de 1º e 2º Graus, utilizando-se de multimeios;
- 1988 - "Verso e Reverso - Educando o Educador": curso por correspondência para capacitação de professores de Educação Básica de Jovens e Adultos MEC/Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR), com apoio de programas televisivos através da Rede Manchete;
- 1991 - O "Projeto Ipê" passa a enfatizar os conteúdos curriculares; a Fundação Roquete Pinto, a Secretaria Nacional de Educação Básica e secretarias estaduais de Educação implantam o Programa de Atualização de Docentes, abrangendo as quatro séries iniciais do ensino fundamental e alunos dos cursos de formação de professores. Na segunda fase, o projeto ganha o título de "Um salto para o futuro";
- 1992 - O Núcleo de Educação à Distância do Instituto de Educação da UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso), em parceria com a Unemat (Universidade do Estado do Mato Grosso) e a Secretaria de Estado de Educação e com apoio da Tele-

Université Du Quebec (Canadá), cria o projeto de Licenciatura Plena em Educação Básica: 1ª a 4ª séries do 1º grau, utilizando a EAD. O curso é iniciado em 1995.

- 1996 - A Lei n.º 9.394, LDB, define que a Educação à Distância passa a ser encarada como modalidade aplicável ao sistema educacional brasileiro.
- 1998 - O governo brasileiro regulamenta o Art. 80 da LDB 9.394/96 que trata especificamente da Educação à Distância, através do Decreto n.º 2.494.

Além de todos os fatos já elencados, as ocorrências significativas mais recentes acerca do tema no Brasil aconteceram nos anos de 2005 (quando o Decreto n.º 5.622 de 19.12.2005 regulamentou o Art. 80 da LDB 9.394/96 e revogou o disposto no Decreto n.º 2.494/98) e no ano de 2006, através criação do Sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil) mediante Decreto n.º 5.800.

2 Desenvolvimento da EAD no Ensino Superior no Brasil

2.1 EAD no Ensino Superior no Brasil: Uma Indústria Emergente

Apesar de existir há mais de 175 anos no mundo e a pouco mais de 100 anos no Brasil⁴, a Educação à Distância no Brasil passou efetivamente a ser reconhecida como modalidade de ensino superior apenas após a entrada em vigor da Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394, em dezembro de 1996⁵. Para Silveira, *et al* (2005), a EAD trata-se de uma inovação tecnológica do produto – Educação – oferecido de uma maneira diferente da tradicional.

Segundo Kotler (2000: 377), “uma inovação se refere a qualquer produto, serviço ou idéia que seja percebido por alguém como novo. A idéia pode ter uma longa história, mas é uma inovação para a pessoa que a vê como nova.” Tal definição encaixa-se perfeitamente ao caso da EAD no Brasil que, apesar de quase centenária até então, passa a ser considerada uma inovação para o ensino superior apenas no final do século XX.

Concomitantemente a regulamentação dessa modalidade de ensino efetuada na segunda metade dos anos 90, ocorreu à transformação de uma das características básicas da EAD, da “separação do professor e aluno no espaço e/ou tempo”, segundo Perraton (1988),⁶ para uma integração virtual entre os entes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, sendo esta viabilizada pela disseminação de novas tecnologias como a utilização da *internet* e de satélites como recursos para a transmissão das aulas dessa modalidade de ensino, conforme expresso literalmente no texto do Decreto 5.622 de 19.12.2005.

Contribuiu para esse novo cenário o crescimento contínuo de pessoas conectadas à *internet*, sejam em suas residências, no ambiente de trabalho, através de centros públicos de acesso (mantidos pelo Poder Público ou por Organizações não Governamentais) ou através de centros privados de acesso, conhecidos popularmente como *Lan-Houses*, aliado a redução da importância de alguns critérios anteriormente imprescindíveis para o aluno na escolha do um

⁴ Segundo Estudo Técnico sobre o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, elaborado pelo Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação – IPAE em 03 de janeiro de 2006, “A educação a distância surgiu na Europa na primeira metade do século XIX, sendo a corrente mais predominante a que registra na Suécia, em 1833, a primeira experiência nesse campo de ensino. (...) Gradualmente outros países passaram a adotar metodologias de EAD até chegar ao Brasil em 1904.”

⁵ Há que se registrar que a Lei 9394/96 contempla a modalidade de EAD em seu artigo 80, cuja regulamentação vigente foi estabelecida somente no ano de 2005 através do decreto 5.622, que também revogou o Decreto de 2.494/98, que regulamentava o artigo 80 da LDB até então.

⁶ Definição expressa no site da Associação Brasileira de Ensino a Distância.

curso superior, tais como: oferta de determinado curso, proximidade geográfica do *campus* e o valor da mensalidade.

Logo, a modalidade de EAD, além de apresentar-se como produto substituto ao ensino presencial, pode ser considerada por si só como uma indústria emergente, por se tratar de uma indústria recém formada (sob o ponto de vista da regulamentação legal), impulsionada por inovações tecnológicas e pela crescente demanda dos consumidores por sistemas flexíveis de escolarização formal, o que converge com o entendimento de Porter (1986: 207):

Indústrias emergentes são indústrias recentemente formadas, ou reformadas, criadas por inovações tecnológicas, alterações nas relações de custos relativos, surgimento de novas necessidades dos consumidores, ou outras alterações econômicas e sociais que elevam um novo produto ou e serviço ao nível de uma oportunidade potencialmente viável de negócio.

Contudo, de uma forma geral, o brasileiro sempre apresentou preconceito com relação à EAD, como se essa não fosse uma forma aceitável e crível de se adquirir conhecimentos e competências e, apesar das iniciativas governamentais para reduzir preconceitos e difundir essa modalidade de ensino, das quais se destaca a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB)⁷, ainda é necessária a conscientização de potenciais alunos acerca da qualidade do produto ofertado pois, como nos ensina Kotler (2000: 377): “As inovações levam tempo para se espalhar pelo sistema social.”

As dificuldades ora mencionadas são inerentes as indústrias emergentes, como enfatizou Porter (1986: 212):

Indústrias emergentes em geral enfrentam limitações ou problemas, de diversos graus de gravidade, ao realizarem a sua arrancada inicial. Isto provém do caráter novo da indústria, de sua dependência para o crescimento de outras entidades econômicas externas e de exterioridades em seu desenvolvimento resultantes de sua necessidade de induzir novos compradores a fazer uma substituição pelo seu produto.

O preconceito do brasileiro com a modalidade de EAD também é uma preocupação do presidente da ABE-EAD (Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância),

⁷ O Sistema UAB foi oficializado pelo Decreto n. 5.800, de 08 de junho de 2006, destacando a articulação e integração de Instituições de Ensino Superior, Municipais e Estados, visando à democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público e gratuito no Brasil, preferencialmente para a área de formação inicial e continuada de professores da educação básica.

Ricardo Holz, conforme observada em sua manifestação no 14º CIAED (Congresso Internacional ABED de Educação a Distância), realizado na cidade de Santos/SP em 2008: “é preciso que a EAD (Educação a Distância) vença alguns entraves para ganhar direito de argumentação contra os preconceitos que ainda existem em relação aos estudantes oriundos da modalidade.”⁸

Holz ainda sugeriu que haja treinamento para tutores e estudantes para prepará-los para a metodologia, através de uma “aula de boas vindas”, pois, segundo ele: "Se não houver esse trabalho de conscientização, a insegurança que ainda permeia esses dois agentes será transpassada para a sociedade. O que será mais um fator de risco para o reconhecimento da modalidade."

Por se tratar de um serviço oriundo de uma indústria emergente, o marketing terá papel crucial para transpor a insegurança destacada por Holz em sua entrevista e difundir a modalidade de Ensino a Distância, conforme descreveu Porter (1986: 210):

Os compradores do produto ou do serviço de uma indústria emergente são inerentemente compradores de primeira vez. A tarefa do marketing é, assim, induzir a substituição, ou fazer com que o comprador adquira o novo produto ou serviço em vez de qualquer outra coisa.

Um aspecto que pode favorecer a essa mudança de mentalidade é que, o público alvo do ensino superior consiste, basicamente, em jovens cuja faixa etária encontra-se entre 18 e 24 anos, ou seja, pessoas que pertencem a denominada *Geração Y*⁹, composta por pessoas que, em regra, absorvem rapidamente a evolução da tecnologia dos meios de comunicação e a incorporam naturalmente ao cotidiano.

2.2 A Modalidade de EAD como Produto Substituto ao Curso Presencial de Graduação

A modalidade de EAD é uma alternativa para as IES privadas ofertarem cursos de graduação que atinjam pessoas que não tenham acesso ao ensino presencial tradicional por questões geográficas (por morarem em localidades distantes da sede das instituições), físicas (deficientes, idosos, etc.) ou econômicas, pois, em regra, os cursos privados de graduação

⁸ Fonte: <http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=16680>, acesso em 17 de fevereiro de 2009.

⁹ Geração formada por pessoas nascidas entre 1978 e 1994, antecedida pela Geração X (nascida entre 1962 e 1977) e pela Geração “baby boomers” (nascida entre 1945 e 1961).

através da modalidade de EAD apresentam mensalidades com valores inferiores aos cursos presenciais.

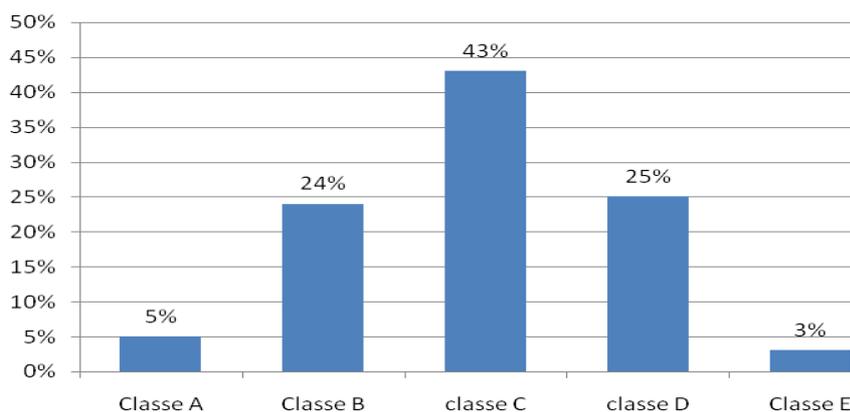
Silveira, *et al* (2005) informa que os custos no processo de implantação do ensino a distância dividem-se em custos tecnológicos (insumos para implantação do programa, seu funcionamento e manutenção), custos operacionais (marketing, treinamento e gerenciamento) e custos instrucionais (recursos destinado a motivar os alunos).

Na modalidade de EAD os custos no processo de implantação são mais elevados, contudo, ela também tende a apresentar menores custos operacionais, pois os mesmos recursos podem ser utilizados para atender um número maior de alunos do que no ensino presencial, isto é, o custo marginal (de cada aluno adicional) é decrescente.

Logo, considerando que os altos custos de implantação podem ser diluídos em um maior número de alunos por turma, o valor da mensalidade de um curso oferecido através da modalidade de EAD pode apresentar-se menor do que o desse mesmo curso quando ofertado na forma presencial tradicional.

Este é um fator chave para permitir o acesso de uma larga fatia da população brasileira ensino superior, pois, segundo Braga apud Silveira *et al* (2005), o valor médio das mensalidades para a graduação no ensino presencial no Brasil é de R\$ 425,00, enquanto que a renda da população das classes C e D¹⁰ no país, cerca de 68% da população (conforme ilustra o gráfico 1), não pode arcar com mensalidades superiores a R\$ 211,00.

Gráfico 1: Divisão de Classes Sociais no Brasil - 2008



Fonte: ABEP – Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa, adaptado pela autora.

¹⁰ No Brasil as classes sociais se dividem de acordo com a renda familiar média mensal em: classe A1 - R\$14.400,00; classe A2 - R\$ 8.100,00; classe B1 - R\$ 4.600,00; classe B2 - R\$ 2.300,00; classe C1 - R\$ 1.400,00; classe C2 - R\$ 950,00; classe D - R\$ 620,00 e classe E - R\$ 440,00.

Diante da equivalência legal de titulação dos cursos de graduação presencial e à distância garantida pela LDB 9.394/96, é possível afirmar que, apesar das IES oferecerem produtos diferenciados, qualquer curso ministrado pela modalidade de EAD, pode ser considerado como um bem substituto perfeito desse mesmo curso ministrado da maneira presencial, desde que devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

Dois bens são substitutos entre si se for possível a sua substituição para satisfação da mesma necessidade. Em tese, O consumidor aceita substituir um pelo outro a uma taxa constante, ou seja, é indiferente na escolha. Na prática poderá haver fatores subjetivos que afetam até que ponto um bem poderá ser substituído por outro.

A possibilidade de substituição de um bem por outro considerado similar, torna a curva de demanda bastante elástica, ou seja, caso o preço de um bem aumente, o indivíduo tende a procurar alternativas menos onerosas, sobretudo se o mesmo pertencer a uma classe de baixa renda. Diante da possibilidade de substituição e o fator limitador da renda da maioria da população brasileira, convém transcrever a questão exemplificada por Porter (1986: 42):

Os consumidores tendem a ser mais sensíveis aos preços se estiverem comprando produtos não diferenciados, que representam uma despesa relativamente alta às suas rendas, ou do tipo em que a qualidade não é particularmente importante para eles.

Há que se olvidar que o fator preço pode não ser a única condicionante para a decisão de substituição de um produto ou serviço. No caso de um curso de graduação, o aluno, independentemente de sua renda, pode ter necessidades de horários mais flexíveis ou residir em regiões distantes dos centros de educação.

Por outro lado, um fator preponderante que não pode ser desconsiderado na decisão de substituição é o valor do bem para o consumidor, neste caso, o estudante. Sobre a percepção de valor nos ensina Kotler (2000: 56):

Valor entregue ao cliente é a diferença entre o total para o cliente e o custo total para o cliente. O *valor total para o cliente* é o conjunto de benefícios que os clientes esperam de um determinado produto ou serviço. O *custo total para o cliente* é o conjunto de custos em que os consumidores esperam incorrer para avaliar, obter, utilizar e descartar um produto ou serviço.

A chancela do diploma de graduação de um profissional costuma ter reflexo em sua aceitação no mercado de trabalho, logo, sempre que possível, o estudante optará pelo curso cuja chancela seja de uma instituição reconhecida pela sociedade. Portanto, como ilustra Limeira (2006: 140), “da ótica do consumidor, as marcas têm dois valores: o **valor de uso**, isto é, sua

utilidade, e o **valor simbólico**, ou seja, o significado cultural associado à marca e reconhecido pela sociedade.”

Com base na classificação de Harry Grenfield apud Serson (2006), a educação pode ser considerada como um serviço de alta durabilidade (superior a três anos) e destinado aos consumidores finais, pois não há intermediários no processo de compra já que quem adquire o serviço é o próprio beneficiário.

Trata-se também de um serviço de especialidade pelo qual o cliente está disposto a ir mais longe ou a pagar mais caro para dele dispor. O serviço de especialidade, segundo Serson (2006: 331), “apresenta características únicas, para um grupo determinado de clientes que está necessitado ou desejoso delas, bem como está disposto a empreender um esforço especial de compra para ser atendido por esse serviço.”

As instituições de ensino que conseguem apresentar serviços com características únicas e que despertam o desejo dos estudantes optaram pela diferenciação, sendo esta assim conceituada por Porter (1986: 27):

Diferenciação do produto significa que as empresa estabelecidas têm sua marca identificada e desenvolvem um sentimento de lealdade em seus clientes, originados do esforço passado de publicidade, serviço ao consumidor, diferenças dos produtos, ou simplesmente por terem entrado primeiro na indústria.

Para Serson (2006), a diferenciação consiste em fazer com que seu público alvo, na sua maior parte, classifique ou venha a classificar o serviço como “especial” e tem como alguns de seus atributos a imagem da marca e o *know how* do prestador. Logo, a diferenciação também será um fator preponderante na decisão do estudante em substituir ou não o curso de graduação presencial pelo mesmo curso ministrado através da modalidade de EAD.

2.3 Expansão dos Cursos de Graduação na Modalidade de EAD no Brasil

A pesquisa ABRAEAD/2008 revela a existência de 257 instituições credenciadas pelo Sistema de Ensino para ministrar cursos de Educação a Distância no Brasil, das quais 164 são aptas a promover cursos de nível superior (graduação e pós-graduação).

O crescimento acelerado da EAD nas áreas de graduação ocorrido após a regulamentação do artigo 80 da Lei 9.394/96 pode ser comprovado através dos dados oficiais do Ministério da Educação, conforme apuração do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep).

Considerando apenas o interstício de tempo compreendido entre os anos 2000 e 2008, registrou-se crescimento exponencial no número de cursos de graduação ofertados através da modalidade de EAD, um salto de 10 para 647 cursos, conforme exposto na tabela 1.

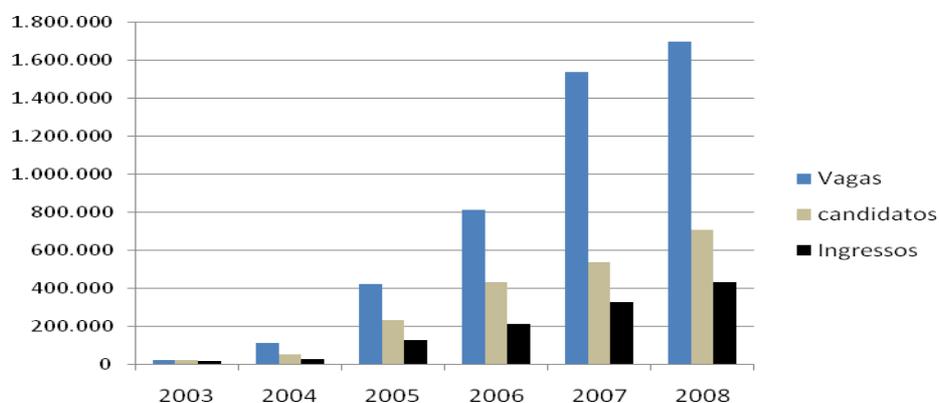
Tabela 1 - Evolução do número cursos e vagas oferecidas por meio de EAD - 2000 - 2008

Ano	Nº de Cursos	Vagas Oferecidas
2000	10	6.430
2001	14	6.856
2002	46	24.389
2003	52	24.025
2004	107	113.079
2005	189	423.411
2006	349	813.550
2007	408	1.541.070
2008	647	1.699.489

Fonte: ABRAEAD/2008 e MEC/INEP

A expansão mais acentuada, tanto em percentual como em números absolutos, é a do número de vagas oferecidas. Contudo, o gráfico 2 demonstra que o número de candidatos inscritos bem como o de alunos ingressos, apesar do crescimento inegável, apresentaram-se muito inferiores ao número de vagas oferecidas a partir do ano de 2004.

Gráfico 2: Relação Vagas vs. Candidatos vs. Ingressos em cursos de graduação por meio de EAD - 2003 a 2008



Fonte: ABRAEAD/2008 e MEC/INEP

Em 2007 o número de cursos de graduação (somados aos cursos de graduação tecnológica) chegou a 431 e, pela primeira vez, superou os de pós-graduação *lato sensu*. Tratam-se dos cursos com maior carga horária e regulamentação cujo público alvo é essencialmente composto por jovens recém saídos do ensino médio e com pouca independência financeira. Contudo, o perfil do aluno matriculado no nível superior através da modalidade de EAD identificado pelo Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) ainda diverge do perfil do aluno de curso presencial de graduação, pois é predominantemente mais velho, casado, com filhos e responsável pelo sustento da família com uma renda compreendida entre um a três salários mínimos, ou seja, pertencentes às classes sociais C e D (faixa de renda de aproximadamente 30% dos alunos dos cursos de EAD).

2.3.1 Extraterritorialidade

Um dos fatores mais singulares da EAD é a possibilidade dos alunos da instituição residirem fora do denominado Estado-sede da mesma, tanto que, segundo a pesquisa ABRAEAD/2008, 48% dos alunos não residem no Estado-sede da instituição de ensino, sendo que, nos cursos de ensino superior, o percentual de extraterritorialidade atinge 63,1%.

Apenas 15% das IES que promovem cursos de nível superior através da modalidade de EAD o fazem apenas em seu estado de origem. Em contrapartida, 14% das instituições possuem mais de 75% dos alunos fora do seu Estado sede e, dentre as instituições com tamanho percentual de extraterritorialidade, 92% oferecem professor *on line*.

Os maiores exportadores de matrícula, isto é, instituições de ensino cujos alunos matriculados residem em localidades distintas do Estado-sede da IES, estão nas regiões sudeste e sul do Brasil que, além de serem as regiões mais desenvolvidas do país, são compostas pelos Estados-sede da maioria das instituições de ensino melhor conceituadas pelo Ministério da Educação.

Torna-se relevante frisar que o índice de extraterritorialidade não interfere nas taxas de evasão, pois, segundo apurou a pesquisa ABRAEAD/2008, as instituições com menores taxas de evasão (inferior a 10%) são as possuem o maior índice de extraterritorialidade.

2.3.2 Criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB)

A UAB é uma iniciativa criada através do Decreto n.º 5.800 de 08 de junho de 2006, cujo objetivo é o desenvolvimento da modalidade de educação à distância através da expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior no Brasil.

Segundo informação contida no sítio da UAB, a prioridade desse sistema é a formação de professores para a Educação Básica. Para atingir este objetivo central a UAB realiza ampla articulação entre instituições públicas de ensino superior, estados e municípios brasileiros, para promover, através da metodologia da educação à distância, acesso ao ensino superior para camadas da população que estão excluídas do processo educacional.

Os envolvidos na UAB que permitem a oferta e andamento dos cursos são as Instituições (universidades e CEFETS) e Pólos de Apoio Presencial. A IES oferta cursos e realiza processo de seleção, além de fazer visitas aos pólos para cumprir a carga de disciplinas presenciais exigidas pela LDB. O Pólo oferece espaço físico de apoio presencial aos alunos da sua região. Sua responsabilidade é manter as instalações físicas necessárias para apoiar alunos em questões tecnológicas, de laboratório entre outros.

Em 2007, o Ministério da Educação, por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil, atingiu um total de 291 pólos educacionais, em pleno funcionamento, o que possibilitou a abertura de 46 mil vagas de ensino superior. Mesmo com o avanço significativo já registrado, o programa continua em plena expansão, pois o objetivo do MEC é de chegar a 2010 com mais de mil pólos em funcionamento e, por conseguinte alcançar um total de 300 mil novas vagas no sistema de educação superior.

Alunos formados em cursos de graduação, na modalidade à distância têm direito a diploma equivalente ao dos cursos de graduação presenciais, sendo ele emitido pela IES ofertante do curso. Tal fato é previsto no decreto presidencial nº 5.622/05.

3 Informatização e Comunicação *on line* no Brasil

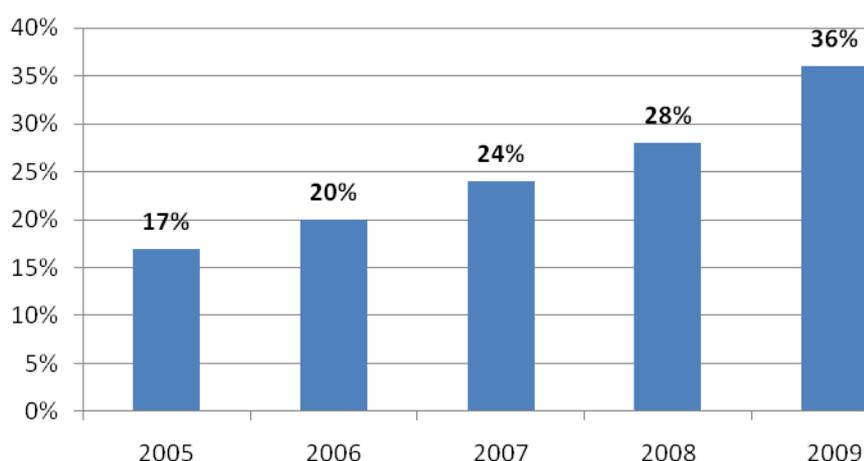
O meio de comunicação costumeiramente utilizado como elo de contato entre professor e aluno nos cursos de graduação através da modalidade de EAD é o eletrônico, mais precisamente, a *internet*. Portanto, torna-se conveniente um adendo sobre o grau de informatização dos lares brasileiros, bem como o processo de inclusão digital no país.

3.1 Domicílios com computador no Brasil

Apesar de ter avançado a passos largos quando se trata de informatização e utilização da internet nos últimos cinco anos, o Brasil ainda encontra-se muito aquém quando comparado aos dos países desenvolvidos sobre essa questão, considerando que apenas 36% de seus domicílios estavam dotados de microcomputadores no ano de 2009, segundo a Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação no Brasil (2009). No entanto, há que se comemorar o fato, registrado em 2007, de que, pela primeira vez, mais da metade da população brasileira teve acesso ao computador, conforme Santos (2008).

O crescimento do número de domicílios com acesso a um computador no Brasil e pode ser observado de maneira detalhada no gráfico 3.

Gráfico 3: Percentual de lares brasileiros que possuem computador



Fonte: Pesquisa TIC Domicílios 2009.

Segundo Soares (2008), o crescimento no número de residências com computadores pode ser atribuído ao programa Computados para Todos¹¹ realizado pelo Governo Federal, apesar de não haver elementos concretos para tal vinculação.

A metade dos brasileiros pertence a denominada classe C, que foi a faixa da população que mais se beneficiou com o programa supramencionado. Contudo, o programa não atinge as classes D e E, pois são segmentos cuja renda não permite a aquisição de um *desktop*, ainda que esse esteja com um preço reduzido, o que explica o principal motivo para a falta de computador no domicílio, apontado por 74% dos entrevistados na pesquisa TIC domicílios 2009, que foi custo elevado/não ter como pagar.

3.2 Acesso a *internet* no Brasil

O crescimento registrado de acesso a *internet* no Brasil não acompanhou o crescimento no número de domicílios com microcomputadores, já que o computador está presente em 36% dos lares brasileiros e apenas 27% deles dispõem de alguma conexão com a *web*.

Percebe-se também que o crescimento percentual no número de domicílios com computador com acesso a *internet* no Brasil, apesar de ter ocorrido de forma generalizada, não se deu de forma homogênea nas cinco regiões do país, conforme tabela 2:

Tabela 2: Evolução do percentual de domicílios com computador com acesso a *internet* nas regiões do Brasil - 2005 - 2009.

Regiões do Brasil	2005	2006	2007	2008	2009	Δ%
Centro Oeste	14%	13%	16%	23%	28%	100,00
Nordeste	07%	06%	07%	09%	13%	85,71
Norte	05%	06%	05%	09%	13%	160,00
Sudeste	16%	19%	22%	26%	35%	118,75
Sul	15%	17%	21%	23%	32%	113,33

Fonte: Pesquisa TIC Domicílios 2009.

¹¹ Pacote de subsídios e renúncia fiscal para a produção de computadores de mesa que utilizem softwares livres e que custem até R\$ 1.400,00.

A desigualdade nos números do crescimento por região guarda relação estreita com a renda da população de cada uma delas, haja vista que as regiões Norte e Nordeste são as de menor renda *per capita* do Brasil.

Cabe salientar que dispor de conexão com a rede mundial de computadores não significa possuir uma conexão de qualidade, pois a distorção regional não se resume no acesso aos microcomputadores e a *internet*, ela atinge também a forma de conexão disponível nas cinco regiões do Brasil, conforme observado por Santos (2008):

O mapa da disposição da banda larga no Brasil mostra claramente que as regiões Norte e Nordeste, coberta pelo serviço Oi/Telemar e onde vive a população de mais baixa renda no país, é também a que dispõe de menor serviço de acesso à internet e a menor oferta de acesso de banda larga ADSL.

Ainda segundo Santos (2008), do total de domicílios que utilizam a banda larga como forma de conexão, apenas 19% conta com velocidade superior a 600 Kbps. Sobre velocidade de conexão, há que se mencionar a observação feita por Soares (2008):

(...) é justo pensar que uma conexão nominal inferior a 600 Kbps (com muito boa vontade!) não pode ser considerada realmente como sendo de “banda larga”.

Logo, a baixa qualidade das conexões no Brasil ainda é significativa, já que 34% ainda são obtidas por *modem* via acesso discado com uma velocidade de apenas 128 Kbps, sendo que, na região norte do país, esse percentual chega a 51%, segundo a pesquisa TIC domicílios 2009.

Uma opção utilizada em larga escala pela população que não dispõe de conexão com a *internet* ou mesmo de um computador em sua residência é a utilização dos espaços públicos de acesso pagos, conhecidos como *lan houses*, conforme se observa na tabela 3.

Tabela 3: Local de acesso individual à *internet* nas regiões do Brasil - 2009.

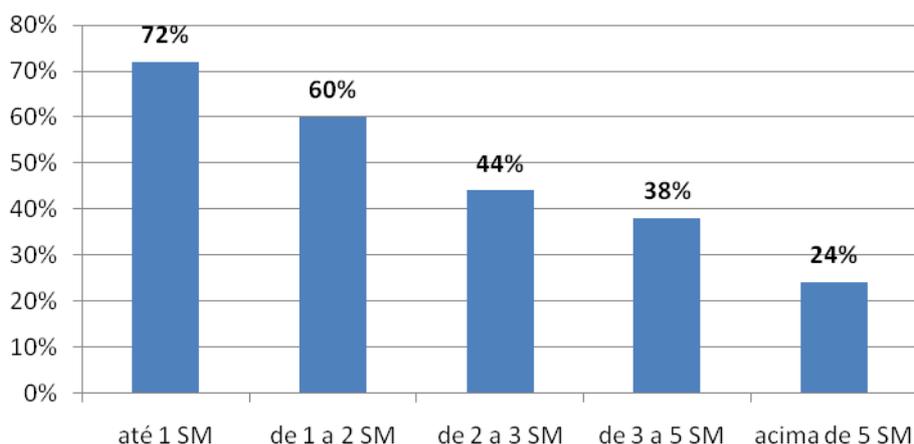
Região do Brasil	Em Casa	Lan House	Outros
Centro Oeste	47%	47%	10%
Nordeste	29%	63%	06%
Norte	31%	59%	10%
Sudeste	56%	38%	06%
Sul	56%	34%	08%

Fonte: Pesquisa TIC Domicílios 2009.

Das pessoas que usaram a *internet* na região norte do Brasil em 2009, 59% acessaram a rede em *lan houses*, enquanto que, na região sul, onde a renda média da população é maior e há maior cobertura de pontos de conexão à *internet* por parte das operadoras de telefonia, esse percentual cai para 34%.

A pesquisa também permite concluir que, quanto menor a renda da população, maior é a utilização das *lan houses*. Dos usuários de *internet* com renda até um salário mínimo, 72% declararam utilizar a rede através de centros públicos de acesso pago. Esse número cai para apenas 24% para os usuários com renda superior a cinco salários mínimos, conforme gráfico 4.

Gráfico 4: Percentual de brasileiros que utilizaram *lan house* no ano de 2009 para acessar a *internet*, por faixa de renda.



Fonte: Pesquisa TIC domicílios 2009.

SM: Salário Mínimo¹²

3.3 Inclusão digital no Brasil

Diante da necessidade de expandir o índice de conectividade no país, o governo brasileiro acordou recentemente com operadoras de telefonia fixa a troca dos postos de serviço telefônico pela ampliação da infra-estrutura de banda larga. Na opinião de Souza (2008), essa medida irá repercutir significativamente, inclusive na ampliação do número de *lan houses*, sobretudo em cidades do interior do Brasil, onde esses espaços são os principais mecanismos de acesso para a população.

¹² O valor do salário mínimo vigente no Brasil a partir de 01 de janeiro de 2010 é de R\$ 510,00 (conforme Lei n.º 12.255/10), que corresponde a € 228,90, considerando a cotação do dia 30 de agosto de 2010.

O custo de uma assinatura mensal para o acesso à *internet* impede que o volume de conexões à *web* nos domicílios brasileiros acompanhe o crescimento do número de computadores nos lares. Segundo pesquisa divulgada em 26 de março de 2009 pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), 54% dos entrevistados citaram o custo elevado como razão para não contratar algum tipo de conexão.

Diante da impossibilidade financeira de arcar com a contratação do serviço de conexão com a *web*, o brasileiro utiliza cada vez mais as *lan houses*, onde paga preços baixos pelo tempo de conexão à *internet*. Os centros públicos gratuitos de internet, ou telecentros, criados por iniciativas de governo, ainda respondem por apenas 3% dos acessos.

Não existem dados oficiais acerca do número de *lan houses* existentes no Brasil. Contudo, o Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Sr. Rogério Sant'Anna, afirmou em entrevista divulgada na matéria "Preço impede conexão de quatro milhões de PC's domésticos no Brasil" no sítio g1.com.br, que os telecentros de acesso público e gratuito totalizam entre cinco e seis mil locais, número menor que o de *lan houses* e insuficiente para atender a demanda nacional dos 5.565 municípios existentes no Brasil em 2008, segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Augusto Gadelha, secretário de política de informática do Ministério de Ciência e Tecnologia, também citado na reportagem, afirmou que "as *lan houses* são certamente um meio bastante efetivo para a inclusão digital, no entanto, os telecentros têm uma missão especial, muito ligada à educação e a objetivos específicos. Não temos que colocar um em oposição a outro, eles são complementares", acrescentou.

Segundo Santos (2008), a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, para contribuir com o esforço de inclusão digital no Brasil, desenvolveu o Projeto Computadores para Inclusão, uma iniciativa que visa recuperar milhares de computadores e equipamentos periféricos descartados pelo Governo e pelo setor privado cujo destino são iniciativas de inclusão digital, como telecentros, escolas e bibliotecas.

4 Panorama do Ensino Superior no Brasil

A educação superior brasileira é composta por um conjunto de tipos diversificados de instituições: universidades, faculdades integradas, faculdades e institutos pedagógicos e, ainda que as universidades públicas usufruam de maior prestígio e relevância acadêmica, quase 75% dos alunos estavam matriculados em instituições de natureza privada no ano de 2008¹³. A evolução do número de instituições de ensino superior no Brasil a partir de 1980 pode ser observada na tabela 4.

Tabela 4: Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior no Brasil - 1980-2008

ANO	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
1980	200	682	882
1985	233	626	859
1990	222	696	918
1995	210	684	894
2000	176	1.004	1.180
2003	207	1.652	1.859
2007	249	2.032	2.281
2008	236	2.016	2.252

Fonte: MEC/INEP

As instituições de ensino superior de caráter privado não só tornaram-se predominantes (representam 88% do total de IES existentes), como também são instituições que apresentaram o maior índice de crescimento na última década. Enquanto o número de IES de natureza pública cresceu 18% entre os anos de 1995 e 2008, o número de instituições privadas quase triplicou no mesmo período.

O crescimento do ensino superior no Brasil, sobretudo a partir da entrada em vigor da Lei 9.394/96, também demonstra um sentido geográfico. Apesar da maioria das instituições se localizarem na região sudeste do país, aproximadamente 50%, percebe-se que tanto o número de IES, de cursos e de matrículas da referida região sofreram uma redução percentual quando comparado o período compreendido entre 1996 e 2004.

¹³ Segundo dados do MEC/INEP dos 5.088.056 alunos que estavam matriculados no ano de 2008, 3.806.091 estavam matriculados em IES privadas.

Em contrapartida, a região norte do Brasil, apesar de ser uma das menos desenvolvidas e menos populosa, apresentou crescimento significativo igualmente quanto ao número de instituições (59%), de cursos (32%) e de matrículas (46%), tendo sido superada pela região nordeste apenas no percentual de crescimento do número de instituições (63%), conforme se observa na tabela 5.

Tabela 5: Percentuais de instituições, cursos e matrículas de graduação presencial, segundo a região do Brasil 1996 e 2004

Região do Brasil	Instituições %		Cursos %		Matrículas %	
	1996	2004	1996	2004	1996	2004
Norte	3,7	5,9	6,2	8,2	4,1	6,0
Nordeste	10,5	17,2	15,5	17,8	15,0	16,3
Sudeste	62,4	50,0	47,8	45,8	55,0	49,4
Sul	13,2	16,7	22,0	19,1	18,7	19,1
Centro Oeste	10,2	10,7	8,4	9,1	7,2	9,2

Fonte: MEC/INEP/DEAES

Contudo, a expansão de instituições e vagas cursos foi direcionada para um número reduzido de cursos, entre eles alguns de grande preferência popular. Do total de matrículas na educação superior, em 2004, mais da metade (52,2%) concentravam-se em apenas seis cursos: Administração (14,9%), Direito (12,8%), Pedagogia (9,3%), Engenharia (5,9%), Letras (4,7%) e Comunicação (4,6%), o que poderá produzir um desequilíbrio vocacional no Brasil.

Para exemplificar esse desequilíbrio, basta assinalar que, apenas o curso de Administração tinha mais de 600 mil alunos matriculados em 2004, um número maior que o somatório de dez cursos de saúde juntos (Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Terapia Ocupacional) que contavam com apenas 547.530 de alunos no mesmo ano.

Tal disparidade pode ser, pelo menos em parte, atribuída ao controle previsto por órgãos de representação de algumas das categorias profissionais mencionadas no parágrafo acima, materializado no texto do parágrafo 2º do artigo 28 do Decreto n.º 5.773 de 09 de maio de 2006, *in verbis*:

A criação de cursos de graduação em direito, medicina, odontologia e psicologia, inclusive em universidades e centros universitários, deverá ser submetida, respectivamente, à manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ou do Conselho Nacional de Saúde.

Apesar da extraordinária expansão do sistema de educação superior averiguada principalmente a partir da segunda metade da década de 90, a taxa de escolarização superior ainda é muito baixa, pois, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE do ano de 2004, apenas 10,5% dos jovens entre 18 e 24 anos (perfil tradicional do aluno de ensino superior) freqüentavam algum curso de educação superior, sendo uma das principais razões para esse baixo índice o acentuado nível de exclusão econômico-social que ainda prevalece no Brasil.

Visando modificar esse panorama preocupante, a Lei 10.172 sancionada em 09 de janeiro de 2001, instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), cuja duração estabelecida é de dez anos, no qual a principal meta é: “Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos”.

Em função do baixo nível da renda da população brasileira e da natureza privada da maioria das vagas disponíveis, foi procedida a implantação de programas federais de bolsas de estudo, o PROUNI (Programa Universidade para Todos) e de financiamento estudantil, o FIES (Programa de Financiamento Estudantil), com o intuito de ampliar o acesso da população de baixa renda ao ensino superior e atingir a meta do PNE.

4.1 Instituições de Ensino Superior Particulares no Brasil

No alvorecer do século XXI, a educação superior transforma-se em um grande negócio. De acordo com Prieto (2000) *apud* Mugnol e Meyer Jr. (2004), o mercado da educação absorve anualmente um montante de dois trilhões e será um dos três maiores mercados do futuro, juntamente com a mídia e a internet, cujo somatório atingirá 10% do PIB.

Esse cenário favoreceu o surgimento de empresas educacionais que atuam globalmente no ensino superior. Segundo Blumenstyk (2003) *apud* Mugnol e Meyer Jr (2004), a estratégia praticada por essas empresas consiste na parceria com instituições locais em países como Chile, Holanda, Índia, Inglaterra, Espanha, Suíça, França, Bélgica e Brasil, ou mesmo a aquisição de instituições já existente. O autor cita como exemplo a *Sylvan Learning Systems*, que teria investido 400 milhões de dólares na aquisição de nove instituições em diversos países, atingindo 86.600 alunos matriculados em sua rede.

A política educacional brasileira criou condições necessárias para a expansão das instituições privadas. Enquanto a Lei n.º 9.649 de 27 de maio de 1998, impediu a União de expandir a oferta de educação profissional e tecnológica e obstruiu o caminho da educação pública

federal, a Lei n.º 9.870, de 23 de novembro de 1999, possibilitou que instituições educacionais operassem com fins lucrativos no Brasil.

Cobra e Braga (2004) enfatizam que o setor educacional movimentava cerca de 15 bilhões de reais ao ano e apresenta condições para duplicar esse número, o que o transformou em um atrativo para investimento de empresários cujas origens são heterogêneas, tais como: banqueiros, políticos, comerciantes e apresentadores de televisão.

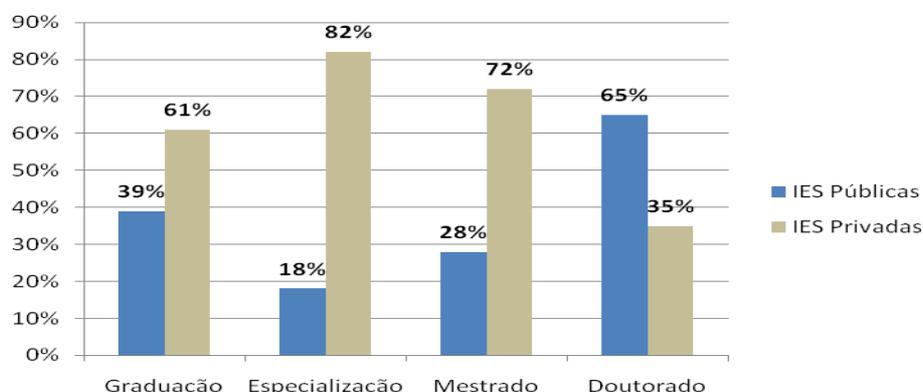
Diante da rentabilidade do setor e do amparo legal para a exploração econômica do mesmo, alguns empresários optaram por organizar novas instituições ou mesmo adquirir outras já existentes. Meyer Jr. e Mugnol (2004) salientam que muitas instituições de ensino superior no Brasil surgiram a partir da decisão dos proprietários de expandir as atividades anteriormente restritas ao ensino fundamental e médio.

Com isso, o ensino superior no Brasil tornou-se predominantemente privado e concentrado em grandes instituições. Schwartzman e Schwartzman (2002) constataram que cerca de 5% das IES já concentrava quase a metade do total de matrículas no ensino superior privado no Brasil enquanto que, cerca de 50% das IES privadas absorvem apenas 5% das matrículas.

Segundo Meyer Jr. e Mugnol (2004), as IES privadas brasileiras, em regra, encontram-se localizadas em nas áreas urbanas das grandes cidades, cujo público é essencialmente composto por alunos de classe C, que trabalham durante o dia e frequentam o curso superior no turno noturno.

O corpo docente das IES privadas, em regra, dispõe de profissionais com titulação menos qualificada, quando comparados aos docentes das universidades federais, conforme se observa no gráfico 5.

Gráfico 5: Titulação do corpo docente das IES públicas e IES privadas do Brasil em 2008.



Fonte: MEC/INEP

Segundo dados do MEC/INEP, as IES particulares contam com 64,77% do total de docentes que atuam no Brasil, contudo, o percentual de docentes com titulação de doutor é pouco mais da metade dos docentes com o mesmo título nas IES públicas.

4.2 Ociosidade de Vagas

O aumento significativo do número de instituições de ensino veio acompanhado da oferta de milhares de novos cursos e, conseqüentemente, de milhões de novas vagas. Para ilustrar tal aumento, basta comparar o número de vagas oferecidas antes da vigência da LDB 9.394 no ano de 1996 (634.236), com o número de vagas oferecidas no ano de 2008 (2.985.137), conforme dados do MEC/INEP.

O impacto do incremento do número de vagas contribuiu para a drástica redução da relação candidato/vaga a partir de 1996, sobretudo nas IES privadas (conforme ilustra na tabela 6), haja vista que as mesmas ofereceram mais de 88% do total de vagas em 2008.

Tabela 6: Relação candidato *vs.* vaga no Brasil - 1996 – 2008

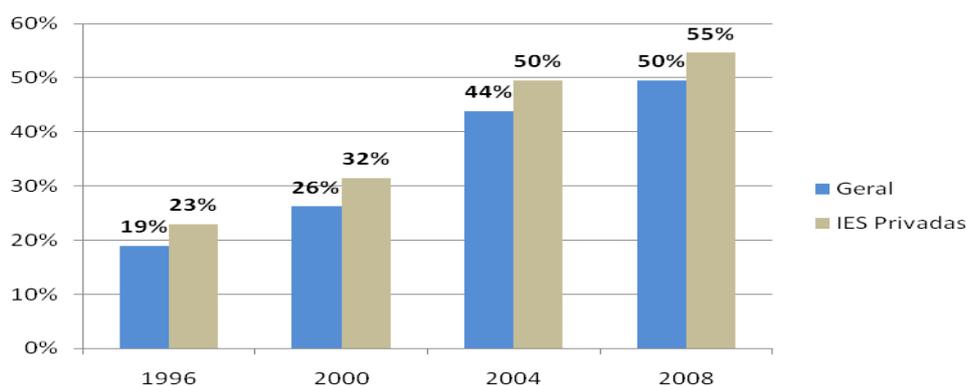
IES	1996	2000	2004	2008
Geral	4,0	3,3	2,2	1,9
Pública	7,5	8,9	7,9	7,1
Privada	2,6	1,9	1,3	1,2

Fonte: MEC/INEP

No entanto, dados da tabela 6 também permitem constatar que a concorrência nas instituições públicas ainda não foi significativamente abalada, pois a relação candidato *vs.* vaga sofreu uma redução inferior a 10%, o que permite uma seleção de candidatos mais qualificados em função da maior concorrência.

Mais do que a redução do número de candidatos por vaga, é preocupante o crescimento do número de vagas ociosas, registrado a partir de 1996, quase que exclusivamente pelas IES privadas, conforme se observa no gráfico 6, que compara a evolução do percentual de vagas ociosas no Brasil (1996 a 2008).

Gráfico 6: Evolução do percentual de vagas ociosas no ensino superior no Brasil - 1996-2008



Fonte: MEC/INEP/DEAES

No ano de 2008, o total de vagas disponíveis no ensino superior foi de 2.985.137 e apenas 1.505.819 foram preenchidas, isto é, aproximadamente, apenas 50%, conforme dados do Ministério da Educação do Brasil. Esse quadro torna-se mais grave quando analisado apenas sob a ótica da IES privadas, cuja ociosidade de vagas atingiu 54,62 %, enquanto que as instituições públicas preencheram 89,32% do número de vagas disponíveis no mesmo ano.

A ociosidade de vagas pode indicar a possibilidade de uma oferta hiperdimensionada, provavelmente decorrente de uma ampliação não planejada do sistema de ensino superior no Brasil. Dados do MEC/Inep apontam a existência de 4.908 cursos de graduação no Brasil no ano de 1991, sendo 43,58% oferecidos por instituições públicas e 56,42% oferecidos por instituições privadas e, em 2008, o número de cursos oferecidos saltou para 24.719, dos quais 72,60% foram oferecidos por instituições privadas.

Há que se salientar que, segundo dados dos MEC/Inep de 2008, a relação de ingressos vs. vaga nas IES públicas foi de 0,9, sendo que, as vagas ofertadas pelas instituições públicas federais, para ingresso através do processo seletivo mediante vestibular, foram quase totalmente preenchidas, provavelmente em função do ensino gratuito, do *know how* das instituições e da acirrada concorrência entre os candidatos.

5 Estado de Roraima: O Extremo Norte da Amazônia Legal Brasileira

A Amazônia Legal brasileira¹⁴ é composta por nove estados brasileiros, são eles: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato-Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia e Roraima e possui, aproximadamente, cinco milhões de km² de extensão o que corresponde a 60% do território brasileiro e transcende a divisão política oficial do país, que contempla cinco regiões distintas: Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, conforme figura 1.

Figura 1: Mapa da Amazônia Legal Brasileira



Fonte: www.ambientebrasil.com.br

Toda a região norte do Brasil encontra-se inserida na denominada Amazônia Legal Brasileira, Trata-se da região brasileira que possui maior extensão de terras e com a menor população, aproximadamente 12% da população total do Brasil.

Dentre os seis Estados que compõe a região norte do Brasil¹⁵, o Estado de Roraima é o que está localizado mais ao extremo norte do país haja vista que a maior parte do seu território encontra-se acima da Linha do Equador¹⁶.

5.1 Processo Histórico de Formação do Estado de Roraima

O interesse português pela região do Vale do Rio Branco só se sobressaiu após as constantes incursões espanholas pela região, já no século XVIII. Segundo Freitas (2001), só em 14 de

¹⁴ A Amazônia propriamente dita estende-se por oito países do norte da América do Sul. Cerca de 60% da Floresta Amazônica encontra-se no Brasil.

¹⁵ Os Estados que compõem a região norte do Brasil são: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Tocantins, Rondônia e Roraima.

¹⁶ Linha que divide os hemisférios norte e sul do planeta terra.

novembro de 1752, D. José I, através de uma Provisão Régia, determinou que se construísse um forte as margens do Rio Branco, haja vista que o principal caminho utilizado por estrangeiros invasores da região eram as águas que chegam ao caribe.

Este foi o marco da colonização do hoje denominado Estado de Roraima, que iniciou quase três séculos após o descobrimento do Brasil, em 1777.

Miranda (2002) destaca que um fator preponderante para o prosseguimento da povoação destas terras foi a introdução do rebanho bovino pelo senhor Lobo D'Almada, a partir de 1787, quando se seguiram a fundação das chamadas “fazendas do Rei”: São Bento (margem esquerda do Rio Branco) e São Marcos (fundada em 1799 na margem esquerda do rio Uraricoera pelo Alferes Nicolau de Sá Sarmento).

Freitas (2001) considera marcante a fundação da Fazenda Boa Vista, em 1830, pelo Capitão Inácio Lopes de Magalhães, construída à margem esquerda do rio Branco, próximo ao povoado de Nossa Senhora do Carmo. A sede desta fazenda é considerada o marco original da cidade de Boa Vista hoje capital do Estado de Roraima.

Conforme Miranda (2002), a freguesia de Nossa Senhora do Carmo (criada em 09/11/1858), foi elevada a condição de município denominado de Vila da Boa Vista do Rio Branco que, a essa altura, já contava com, aproximadamente, 10 mil habitantes, sendo a maioria fazendeiros e comerciantes.

Em 1943 é criado o Território Federal do Rio Branco sendo que sua denominação passou a ser Território Federal de Roraima, através da Lei n.º 4.812/62 de autoria do então Deputado Federal Valério Caldas de Magalhães. O Território Federal de Roraima foi transformado em Estado e a cidade de Boa Vista consagrada como sua capital quando da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 05 de outubro de 1988.¹⁷

5.2 Aspectos geográficos

O Estado de Roraima é constituído por quinze municípios¹⁸ e ocupa uma área geográfica de 224.298,98 km², o que representa 2,6% da superfície brasileira e 4% da Amazônia Legal, em termos aproximados.

¹⁷ Artigo 14 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988. Cabe ressaltar que a instalação do Estado só se concretizou em 1º de janeiro de 1991, com a posse do primeiro Governador e da primeira bancada de Deputados Estaduais, eleitos no pleito de 1990 e com a criação e implantação do Tribunal de Justiça do Estado.

¹⁸ Boa Vista, Pacaraima, Bonfim, Mucajaí, Caracaráí, Alto Alegre, Iracema, Cantá, Normandia, Caracaráí, Uiramutã, Rorainópolis, São Luiz do Anauá, Caroebe e São João da Baliza.

Possui extensas fronteiras internacionais limitadas com a Venezuela e a Guiana Inglesa, sendo que, na convergência dessa tríplice fronteira, localiza-se o Monte Roraima, o ponto mais alto e localizado mais ao extremo norte do Brasil. Portanto, também é o estado geograficamente mais distante do centro-sul do Brasil, onde se encontram as regiões mais desenvolvidas do país. Para ilustrar o isolamento físico do Estado de Roraima, segue a tabela 7 com a distância da cidade de Boa Vista para outras capitais do Brasil.

Tabela 7: Distância da cidade de Boa Vista (Capital do Estado de Roraima) para outras capitais do Brasil.

Cidade	Distância em Km	Local
Manaus	785	Capital mais próxima
Brasília	4.275	Capital do Brasil
João Pessoa	6.539	Capital Extremo Leste
Porto Alegre	5.348	Capital Extremo Sul
Rio Branco	2.230	Capital Extremo Oeste
São Paulo	4.756	Cidade mais rica do Brasil

Fonte: DNIT, adaptado pela autora.

Do espaço geográfico existente, 90,01% encontram-se distribuídos da seguinte forma: 46,37% estão ocupadas por terras indígenas, 8,42% por unidades de conservação e preservação ambiental e 1,22% são destinadas ao Exército, logo, não podem ser simplesmente explorados economicamente de forma direta pela iniciativa pública ou privada. Os 33% restantes, são terras pertencentes à União, das quais 15,68% foram destinadas aos projetos de assentamento do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e 8,11% dessas terras foram tituladas e estão destinadas ao domínio privado. Os outros 76,21% das terras pertencentes à União são consideradas pelo INCRA como áreas remanescentes¹⁹.

Portanto, transcorridos vinte anos de sua criação, a existência física do Estado de Roraima poderia, de certa forma, ser considerada “virtual”, já que, até 17 de junho de 2009, apenas 9,99 % das terras estavam legalmente sob o domínio do governo estadual²⁰.

¹⁹ Terras consideradas como área disponível pelo Órgão Gestor. As mesmas não são consideradas como áreas de posse pacífica, que cumprem sua função social, de acordo com o mandamento legal, e os objetivos do Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504/64.

²⁰ A Lei n.º 11.949 de 17 de junho de 2009 transferiu o domínio das terras pertencentes à União para o Estado de Roraima e para o Estado do Amapá.

5.3 Aspectos Econômicos

A situação fundiária peculiar ao Estado de Roraima é considerada pela maioria da sociedade roraimense como um entrave ao seu desenvolvimento sócio-econômico. Isto foi externalizado de forma mais acentuada por vários setores da sociedade civil quando se contestou judicialmente a homologação da Reserva Indígena Raposa / Serra do Sol em área contínua²¹. Cinco anos após a polêmica homologação ser sancionada pelo presidente da república²², percebe-se que não há mais como contestar a política de demarcação das 32 (trinta e duas) denominadas Terras Indígenas, bem como das 11 (onze) unidades de conservação e proteção biológica existentes no Estado de Roraima.

Essa nova realidade fundiária pode até mesmo ser considerada cruel quando se constata que, nos últimos trinta anos, a pecuária, que até a década de 70 era o ponto forte da economia local, não cresceu, mas apenas mudou de local e de proprietários, já que os rebanhos concentravam-se ao norte e nordeste do Estado e, com a expansão das áreas indígenas, sobretudo do Parque Nacional Yanomami e da reserva Raposa / Serra do Sol, os pecuaristas tradicionais foram, sem maiores exageros, expulsos de suas terras, uma vez que ainda não foi promovido o reassentamento destes.

O gado, por sua vez, foi vendido aos pecuaristas do sul do Estado, que é uma área de vegetação de mata amazônica e tida como área de colonização coordenada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Ao ser transformado em Estado, Roraima deveria ter tido suas terras legalizadas junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a transferência das terras da União para o Estado, a fim de dentre outras coisas, viabilizar a emissão de títulos de propriedade, porém, tal transferência ainda não foi concretizada. Logo, praticamente nenhum empresário agropecuarista possui o título de posse definitiva da terra em que trabalha, o que inviabiliza novos investimentos.

Aliada a esta questão, a explosão demográfica ocorrida em Roraima entre 1980 e 1991 (crescimento de 63,6% da população em dez anos)²³, em função da abertura do garimpo de ouro da região das Surucucus, contribuiu para que Roraima, que anteriormente, além de ser

²¹ Ação Popular n.º 9994200000014-7.

²² Portaria 534/05, publicada no Diário Oficial da União de 15/05/2005.

²³ IBGE - Censo 1980 e 1991.

auto-suficiente na produção de carne, exportava de 10 a 15 mil bois vivos para o abate em Manaus por ano, hoje importe carne para atender a demanda da cidade de Boa Vista, o que significa um alto impacto na economia local.

Com o declínio da pecuária, surgiu à bem sucedida cultura do arroz irrigado, cuja produtividade por hectare chega a superar a do Rio Grande do Sul (Roraima produz 120 T/hectare e o Rio Grande do Sul produz 100 T/hectare), conforme Freitas (2001).

Hoje a produção de arroz não só é suficiente para o abastecimento do mercado local como é o principal produto de exportação do Estado. Contudo, como não poderia ser diferente, a questão fundiária também ameaça seriamente a cultura do arroz, contribuindo para inviabilizar o Estado de Roraima economicamente.

Mesmo os assentamentos promovidos pelo INCRA, na parte sul do Estado, não atinge os objetivos esperados, pois os agricultores que foram assentados não são devidamente assistidos, inviabilizando a permanência dos mesmos na região.

Com isso, a economia local é praticamente estagnada, já que a indústria e o comércio são considerados ainda incipientes. A alternativa utilizada pelo executivo estadual foi à absorção da mão de obra local no funcionalismo público o que resultou no “inchaço” da máquina pública, pois, um Estado cuja população atual é de 412.783 habitantes²⁴ chegou a possuir cerca de 42.000 servidores públicos estaduais em outubro de 2003²⁵.

O Governo do Estado de Roraima, em sentido amplo, mantém uma relação de dependência com o Governo Federal, pois 73,83% de suas receitas no balanço do ano de 2007 são oriundas de transferências correntes da união e apenas 16,74% das receitas são compostas de recursos originários do próprio estado.

A dependência do poder público também pode ser percebida quando se analisa a participação das principais atividades econômicas no PIB do Estado. Destaca-se que, o percentual da Administração Pública, desde o ano de 2002, sempre foi superior a 40%, e chegou a 48% no ano de 2007, conforme dados da Secretaria de Estado de Planejamento de Roraima.

²⁴ Anuário Estatístico do Estado de Roraima 2008.

²⁵ Em outubro de 2003 foi realizado o primeiro concurso público para provimento de cargos do Executivo Estadual.

5.4 Aspectos Sociais

Segundo Anuário Estatístico do Estado de Roraima, a população do Estado em 2007 era de 412.783 habitantes, dos quais 65% residem em sua capital, Boa Vista e, considerando sua dimensão territorial, a densidade demográfica de Roraima é de 1,84 habitantes/km².

Sua população é fruto do intenso processo migratório observado na região durante o período de 1970 a 2007. Enquanto a população do Brasil “apenas” dobrou em 37 anos (1970 a 2007), a do Estado de Roraima aumentou praticamente dez vezes no mesmo período, sendo que a variação mais significativa foi o aumento de 275% registrado, basicamente, ao longo da década de 80, conforme histórico descrito na tabela 8.

Tabela 8: População Residente no Brasil e no Estado de Roraima na data do Recenseamento 1970 – 2007.

Local	1970	1980	1991	1996	2000	2007
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	157.070.163	169.799.170	183.987.291
Roraima	40.885	79.121	217.583	247.131	324.397	395.725

Fonte: Censos Demográficos – IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) relativa a 2007, 50,5% da população residente no Estado de Roraima é formada por pessoas de outros Estados ou outros países, percentual superado apenas pelo Distrito Federal, cujo índice aponta 51,4% de imigrantes. A maioria dos imigrantes é originária das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

O processo migratório ora descrito resultou na diversidade da população do Estado de Roraima, contudo, apesar da miscigenação fomentada por tal processo, a população de origem indígena é, proporcionalmente, a maior do Brasil, pois representa mais de 10% da população total do Estado. Segundo a Fundação Nacional do Índio *apud* Anuário Estatístico de Roraima (2008), a população indígena do Estado de Roraima era de 41.378 pessoas em 2005.

Nesse mesmo horizonte temporal, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de Roraima, assim como o do Brasil, passou de um nível classificado como baixo para um nível classificado como médio²⁶, sendo que, das 27 unidades da federação que compõem a República Federativa do Brasil, Roraima ocupava a 13^a colocação no ano 2000. Essa evolução encontra-se descrita na tabela 9.

²⁶ Classificação segundo IDH: Elevado (0,800 e superior), Médio (0,500 a 0,799) e Baixo (abaixo de 0,500).

Tabela 9: Evolução do IDH no Brasil e no Estado de Roraima - 1970 e 2000.

Local	1970	2000
Brasil	0,462	0,764
Roraima	0,435	0,746

Fonte: Novo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

As classes sociais predominantes no estado são C, D, já que a renda da 67,07% da população está compreendida entre um e três salários mínimos. Atualmente, a renda anual média *per capita* no Estado é R\$ 9.075,00, cerca de R\$ 756,25 por mês.

Apesar do aumento significativo no IDH registrado nas últimas três décadas, a distribuição de renda no que diz respeito ao seu grau de concentração (índice de GINI²⁷) permaneceu praticamente inalterado, conforme tabela 10.

Tabela 10 – Índice de GINI no Brasil e em Roraima - 1991 – 2007.

Local	1991	2000	2007
Brasil	0,637	0,609	0,556
Roraima	0,617	0,564	0,514

Fonte: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (anúário 2008).

Registra-se que no período de 2003 a 2007, ocorreu uma pequena desconcentração em sua distribuição de renda (redução de 0,010 no índice de GINI), tendência observada também quando se considera o índice de Brasil como um todo.

5.5 Educação em Roraima

5.5.1 Ensino Superior

Como demonstrado no capítulo três do presente trabalho, as IES brasileiras são predominantemente de capital privado. No Estado de Roraima não é diferente, a Universidade

²⁷ Criado pelo matemático Conrado Gini permite avaliar a distribuição de renda em um país, região ou Estado. Seu valor varia de zero quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor) a 1 quando a desigualdade é máxima (apenas um detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Federal de Roraima, foi implantada pelo Governo Federal no ano de 1989, permanecendo como a única IES do Estado por doze anos.

Em decorrência da expansão do número de IES privadas em todo o Brasil motivada pela entrada em vigor da Lei n.º 9.870, de 23 de novembro de 1999, que possibilitou que instituições educacionais operassem com fins lucrativos no Brasil, o ano de 2001 marcou o ingresso simultâneo das primeiras instituições privadas na cidade de Boa Vista, capital do Estado e, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, apenas entre os anos de 2001 a 2008 o número de IES privadas situadas em Roraima quase quadruplicou, sendo que as mesmas passaram a representar mais de 70% das IES existentes, conforme tabela 11.

Tabela 11: Número de Instituições e de Cursos Graduação Presenciais - 2001 e 2008.

Ano Estado de Roraima	2001		2008	
	N.º de IES	Cursos	N.º de IES	Cursos
Instituições Públicas	01	18	03	58
Instituições Privadas	02	03	07	36
TOTAL	03	21	11	94

Fonte: MEC/INEP

Apesar do número de alunos matriculados nas IES públicas ter quintuplicado, quando comparado o período que antecedeu a entrada em vigor da LDB, em janeiro de 1997, o número de alunos matriculados nas IES privadas aumentou exponencialmente, mais de quarenta vezes, a partir do ano de 2001, conforme demonstrado na tabela 12.

Tabela 12: Número de alunos matriculados em cursos de graduação presencial no Estado de Roraima - 1995 – 2008.

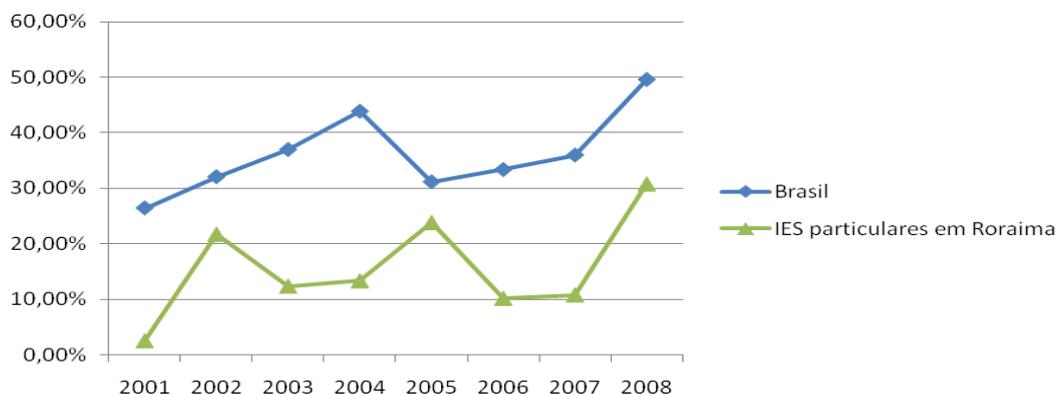
Estado de Roraima	N.º de Alunos Matriculados				
	1995	1998	2001	2004	2008
Instituições Públicas	1.517	3.347	4.518	3.908	8.578
Instituições Privadas	-	-	160	2.403	6.819
Total	1.517	3.347	4.678	6.311	15.397

Fonte: MEC/INEP

5.5.2 Ociosidade de vagas

Embora o índice geral de vagas ociosas do Estado de Roraima (22,5% em 2008) encontre-se abaixo do índice nacional, que, segundo dados do MEC/INEP chegaram a 50% no ano de 2008, mas a série histórica demonstra crescimento em ambos. Em 2001, das 910 vagas oferecidas somadas todas as IES do Estado de Roraima, 902 foram preenchidas, ou seja, menos de 1% das vagas não foram preenchidas. Já em 2008, das 5.569 vagas disponíveis, 1.253 não foram preenchidas, das quais 93,85% encontram-se nas IES particulares, conforme se vislumbra no gráfico 7.

Gráfico 7: Comparação do percentual de vagas ociosas em cursos de graduação no Brasil e em Roraima 2001 – 2008



Fonte: MEC/INEP

Apesar do crescimento da ociosidade de vagas no Estado de Roraima não ter acompanhado simetricamente a tendência nacional, da totalidade das vagas não preenchidas no ano de 2008, 93,85% pertencem as IES particulares.

Essa “sobra” de vagas resulta do fato dos estudantes, em regra, buscarem o ingresso nas Universidades Federais, haja vista que a concorrência estabelecida pela relação “candidato por vaga” durante o processo de seleção dos alunos quase atingiu o número de sete candidatos inscritos por vaga disponível enquanto que nas IES privadas não atingiu dois candidatos por vaga oferecida, destacando que, apenas as IES públicas preencherem todas as vagas ofertadas em 2008, conforme tabela 13.

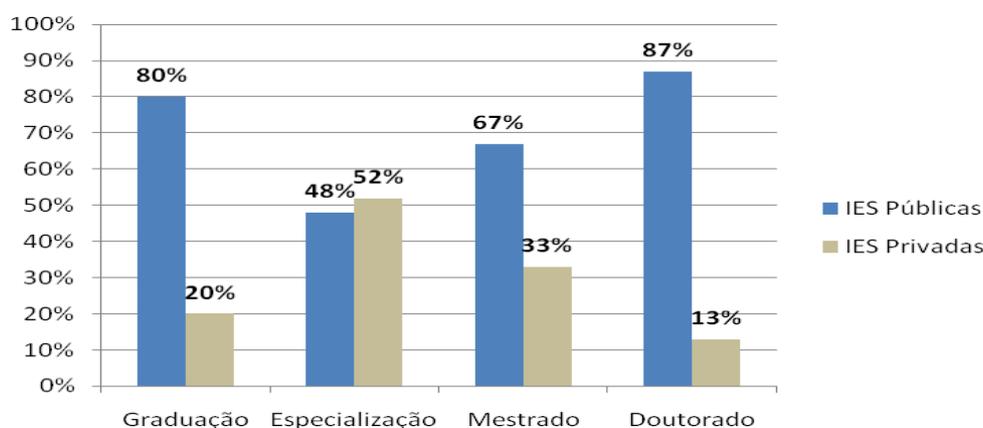
Tabela 13: Relação candidatos inscritos e ingressantes para cada vaga oferecida nos processos seletivos em 2008.

Ano de 2008	Brasil		Roraima	
	Candidato vs. Vaga	Ingresso vs. Vaga	Candidato vs. Vaga	Ingresso vs. Vaga
Pública	7,1	0,9	5,4	1,0
Federal	8,0	1,0	6,8	1,0
Estadual	8,8	1,0	0,9	1,0
Municipal	1,3	0,6	-	-
Particular	1,2	0,5	1,4	0,7

Fonte: MEC/INEP

A preferência pelas instituições públicas se justifica não só pela gratuidade do ensino oferecido, mas também quando se compara a solidez dessas instituições (em função do tempo de fundação) e a titulação do corpo docente com o oferecido pela maioria das IES privadas. Com relação especificamente ao que tange a titulação do corpo docente, chama a atenção o fato de que, em 2008, apenas 13% dos doutores²⁸ que atuam como docentes nas instituições de ensino superior de Roraima prestaram seus serviços nas IES privadas, o que pode comprometer não só a imagem das instituições, mas, principalmente, a qualidade do ensino. A comparação entre a titulação do corpo docente das IES públicas e privadas do Estado de Roraima pode ser visualizada no gráfico 8.

Gráfico 8: Titulação do corpo docente das IES públicas e IES privadas do Estado de Roraima - 2008



Fonte: MEC/INEP, elaborado pela autora.

²⁸ Segundo dados do MEC/INEP, dos 143 doutores atuantes nos cursos de ensino superior do Estado de Roraima em 2008, apenas 18 prestavam seus serviços em IES privadas.

5.6 EAD no Ensino Superior em Roraima

Segundo o Anuário Brasileiro Estatístico da Educação Aberta e a Distância de 2008, a única IES do Estado de Roraima que oferece curso de graduação próprio de através da modalidade de EAD é a Faculdade Roraimense de Ensino Superior.

Trata-se de uma das cinco instituições de ensino de natureza particular, criadas a partir do ano de 2001. Oferece através de EAD o curso de graduação em Pedagogia e contava com 800 alunos no ano de 2008.

As duas maiores IES particulares de Roraima, Faculdades Cathedral e Faculdade Atual da Amazônia, optaram por oferecer cursos através da modalidade de EAD através de parcerias com grandes instituições, igualmente privadas. A IES Faculdades Cathedral atua como Pólo presencial para os cursos de graduação através de EAD da Universidade do Oeste do Paraná (UNOPAR) e a Faculdade Atual da Amazônia é o Pólo presencial do sistema COC de Ribeirão Preto.

A Universidade Virtual de Roraima (UNIVIRR) foi criada pelo governo estadual e integra o sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil) e atua em quinze municípios como Pólo presencial dos cursos ofertados pela Universidade Federal de Santa Catarina e pelo Instituto Federal do Pará.

Contudo, considerando que o número de alunos é registrado pelo estado sede da IES que oferta o curso, não há como precisar o número de alunos que residem no Estado de Roraima e que sejam matriculados em algum curso de graduação através da modalidade de EAD, exceto os que estejam matriculados nas FARES, já anteriormente descritos.

5.6.1 Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR

A Universidade Virtual de Roraima (UNIVIRR) é uma unidade administrativa desconcentrada vinculada à Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto, criada pela Lei Nº 527 de 22 de Fevereiro de 2006 e, segundo sua página disponível na web, tem como missão viabilizar a Educação a Distância em todos os níveis de ensino, preferencialmente de nível superior, através de recursos tecnológicos e mídias educacionais adequadas que possibilitem o ensino e a aprendizagem com tecnologia moderna que permite a interatividade. A instituição visa à interiorização da educação, mediante a promoção da Educação de Jovens e Adultos - EJA, Ensino Médio, especialmente cursos de graduação, pós-graduação, extensão e capacitação, possibilitando o acesso a um número ilimitado de pessoas não só do interior,

mas também da capital, ao ensino gratuito e de qualidade, aproveitando a tecnologia para promover a inclusão social através da universalização da educação, principalmente na formação e qualificação de recursos humanos, cujo foco principal é a formação e a capacitação de professores.

A UNIVIRR representa um novo conceito em Educação a Distância, porque dispõe dos recursos mais modernos na educação que são a *internet* e a vídeo conferência. Sua estrutura tecnológica permite a interação em tempo real, por vídeo conferência com 640 kbps de link de satélite como rede primária e um link de quatro MB de *internet* como rede secundária, constituindo-se numa plataforma de educação à distância com quinze estações de TV interativa instaladas na sede de cada um dos municípios do Estado Roraima, além de uma estação móvel para transmissão e recepção ao vivo em qualquer ponto do Estado.

A instituição integra o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB com 15 pólos para a Educação a Distância, sendo um em cada município do Estado de Roraima. Dentre instituições federais de educação superior que compõem o sistema UAB a UNIVIRR disponibiliza em todos os seus pólos presenciais os cursos de graduação de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas oferecidos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e os cursos de Pedagogia, Matemática, Física, Química, Geografia e Biologia oferecidos pelo Instituto Federal do Pará (IFPA).

6 Metodologia

6.1 Tipo de Pesquisa

Primeiramente há que se considerar a classificação realizada por Vergara (2006) no que tange os fins e os meios. A presente pesquisa classifica-se, quanto aos fins, como exploratória e descritiva e, segundo Gil (2002), a utilização simultânea desses dois tipos de pesquisa é comum entre pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática das organizações, sejam elas educacionais, comerciais, dentre outras.

O caráter exploratório fica evidenciado diante dos poucos estudos acerca do tema, haja vista que a Educação a Distância passou a fazer parte recentemente da conjuntura do sistema de educação superior do Brasil e, por consequência do Estado de Roraima, o que coaduna com o entendimento de Gil (2002), para quem o principal objetivo desse tipo de pesquisa pode ser o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições.

A natureza descritiva da pesquisa para Rudio (2008) reside na necessidade de conhecer um determinado fenômeno, sua composição e processos que o constituem ou nele se realizam. Ela deve ser desenvolvida através da observação, análise, registro e correlação dos fatos para conhecer e interpretar a realidade, sem, contudo, introduzir qualquer elemento inovador na realidade.

Logo, a mesma torna-se adequada neste caso diante da exposição de uma população específica, ou seja, os jovens concluintes do ensino médio do ano de 2009 no Estado de Roraima que serão candidatos potenciais naturais ao ingresso nos cursos de ensino superior disponíveis sejam no ensino presencial ou à distância.

Quanto aos meios, trata-se, simultaneamente, de uma pesquisa bibliográfica, de levantamento e de campo. Medeiros (2006) considera que o objetivo da pesquisa bibliográfica é permitir ao autor da nova pesquisa conhecer informações acerca do tema de seu apreço mediante os registros contidos em livros e revistas relevantes ao tema proposto.

O presente estudo conta com pesquisa bibliográfica do tipo teórico-conceitual, fundamentada em material (livros, periódicos, artigos científicos, internet) já elaborado sobre o tema de Educação a Distância, estratégia competitiva de indústrias emergentes e comportamento do consumidor diante de um bem substituto e de pesquisa bibliográfica com temas pertinentes ao mercado de ensino superior presencial e a distância no Brasil, com ênfase ao Estado de Roraima.

Convém que toda pesquisa científica se inicie com uma síntese sobre o assunto, neste caso, compreender se a expansão dos cursos de graduação através da modalidade de EAD no Brasil, após a vigência da LDB 9.394/96, representa uma ameaça ao preenchimento das vagas dos cursos de graduação das IES particulares situadas no Estado de Roraima, diante das peculiaridades geográficas, econômicas e sociais existentes no extremo norte da Amazônia Legal Brasileira.

O levantamento, para Gil (2002: 50), se dará pela interrogação direta de quem se deseja conhecer o comportamento. A pesquisa realizada buscou informações através de questionários com uma amostra de alunos concluintes do ensino médio no ano de 2009, para mensurar o grau de aceitação da modalidade de EAD no Estado de Roraima, cujos dados foram submetidos a uma análise quantitativa para se obter conclusões sobre o objeto de estudo.

Segundo Motta (1999), a pesquisa quantitativa impõe uma estrutura predeterminada aos respondentes, homogeneiza a coleta de dados e permite inferências mais confiáveis do que a pesquisa qualitativa. Logo, o tratamento quantitativo será utilizado em decorrência da facilidade de mensurar os dados através da utilização de variáveis pré-estabelecidas que possibilitem visualizar se o público alvo básico das IES privadas do Estado de Roraima está propenso a substituir os cursos de graduação presenciais pelos cursos oferecidos através da modalidade de EAD.

6.2 Ferramenta utilizada

A ferramenta utilizada para fomentar o levantamento de dados foi o questionário (apêndice I) com perguntas fechadas, pois se trata do método mais eficiente e eficaz para conhecer o público alvo, além de permitir a obtenção de resultados mais concretos sobre a propensão dos estudantes concluintes do ensino médio no ano de 2009 no Estado de Roraima em pleitear o ingresso em cursos de graduação realizados através da modalidade de EAD em detrimento dos cursos presenciais ofertados pelas IES privadas.

Vergara (2006) caracteriza a pesquisa como uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Logo, o estudo em comento se enquadra também como de pesquisa de campo, pois irá buscar informações primárias, através de um questionário estruturado, realizada por um único pesquisador.

Cabe ressaltar que os questionários foram acompanhados de uma carta de apresentação aos entrevistados onde se esclarece o objetivo e a relevância da pesquisa, a importância de sua colaboração, bem como será garantida a confiabilidade.

6.3 Universo e Amostra

O universo da pesquisa é constituído por 4.055 alunos. A dimensão do universo foi estabelecida a partir do relatório fornecido pela Secretaria de Educação do Estado de Roraima onde consta o número exato de alunos matriculados no último ano do ensino médio em 31 de julho de 2009, relacionados por instituição de ensino.

A amostra utilizada será a não-probabilística por acessibilidade sobre a qual Vergara (2006) considera que, longe de qualquer procedimento estatístico, seleciona elementos pela facilidade de acesso a eles.

6.4 Seleção dos Sujeitos

A amostra utilizada foi a não-probabilística por acessibilidade. O pesquisador, nas escolas de nível médio (públicas e privadas) e em cursos preparatórios para os processos seletivos de ingresso em IES do Estado de Roraima, precisamente nas instituições localizadas na cidade de Boa Vista, aplicou o questionário aos alunos concluintes presentes nos dias e horários em que se deu a visita aos referidos locais, através de contato pessoal.

A coleta se dará por dados primários, ou seja, aqueles publicados ou comunicados pela própria pessoa que os recolheu, conforme Toledo e Ovalle (1995).

A base de dados disponível foi o número total de alunos concluintes do nível médio em Roraima no ano de 2009, conforme disposto no relatório fornecido pela Secretaria de Educação do Estado de Roraima.

Os sujeitos da pesquisa foram os alunos concluintes (matriculados no último ano) do ensino médio no Estado de Roraima.

6.5 Tratamento dos Dados

Os objetivos estabelecidos para este estudo são:

- Descrever o panorama da Educação à Distância no Brasil após a entrada em vigor da LDB 9.394/96, destacando a expansão da oferta de cursos de graduação através dessa modalidade no Estado de Roraima.
- Identificar as características da IES particulares situadas no Estado de Roraima bem como o ambiente geográfico, econômico e social onde se inserem.
- Identificar o perfil do público alvo básico dos cursos de graduação (os concluintes do ensino médio) e mensurar o grau de aceitação da modalidade de EAD no Estado de Roraima entre esses jovens.
- Analisar o conjunto de variáveis ambientais descritas nos demais objetivos intermediários com o intuito de identificar o posicionamento estratégico mais apropriado para as IES privadas do extremo norte da Amazônia Legal diante da expansão da EAD no Brasil.

Inicialmente, fez-se uma pesquisa bibliográfica para entender o que é Educação a Distância e a expansão da EAD no Brasil ocorrida após a entrada em vigor da LDB 9.394/96.

Considerando que a principal ferramenta para viabilização da Educação a Distância é a *internet*, a pesquisa também, abrangeu a situação da informatização e comunicação *on line* no Brasil.

A pesquisa bibliográfica estendeu-se ao Estado de Roraima para conhecer o ambiente geográfico, econômico e social do mesmo, bem como a situação o panorama do ensino superior lá existente.

Em seguida, aplicou-se um questionário, pelo qual foi analisada a propensão do principal público alvo dos cursos de graduação em substituir o curso de graduação presencial por outro através da modalidade de Educação a Distância, com o intuito de verificar se a expansão da EAD pode se configurar como uma ameaça para as Instituições de Ensino Superior de natureza particular situadas no Estado de Roraima no que concerne o preenchimento de suas vagas.

A partir dos dados obtidos através da aplicação do questionário foi realizado um teste de hipótese onde, Segundo Lapponi (2005), são utilizadas duas hipóteses: a hipótese nula (H_0) e a hipótese alternativa (H_1), que descrevem dois possíveis estados mutuamente excludentes, pois as duas hipóteses não podem ser aceitas ou rejeitadas ao mesmo tempo.

A hipótese nula (H_0) considerada foi que a proporção dos que estariam dispostos a cursar sua graduação por meio de Educação a Distância é igual a 50% (cinquenta por cento) dos

entrevistados, diante das peculiaridades geográfica, econômicas e sociais existentes no Estado de Roraima. Já a hipótese alternativa (H_1) estabelecida foi que a proporção dos que estariam dispostos a cursar sua graduação por meio de EAD é menor que 50% (cinquenta por cento). Por fim, de posse desses dados foi sugerido às IES particulares o melhor posicionamento estratégico diante da expansão da EAD.

6.6 Limitações do Método

A metodologia escolhida para a pesquisa apresenta as seguintes dificuldades e limitações quanto à coleta e ao tratamento dos dados:

- a) O estudo considera a estratégia competitiva de uma indústria emergente que submete um bem substituto a preferência do consumidor apenas na sua dimensão conceitual, sem abordar em profundidade sua dimensão prática.
- b) O método estatístico utilizado, não-probabilístico por acessibilidade, por não possuir nenhum rigor estatístico estará limitado, tendo em vista a impossibilidade de aplicar o questionário a todos os 4.055 alunos concluintes do ensino médio no ano de 2009.
- c) É possível que os alunos selecionados para a entrevista não sejam os mais representativos do universo estudado, todavia, esse é um risco inerente a qualquer processo de investigação.
- d) Limitação da utilização do questionário como instrumento primário de levantamento de dados.
- e) Os dados oficiais divulgados pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil encontram-se atualizados até o ano de 2008.
- f) Os dados referentes às matrículas em cursos de graduação por meio de EAD são totalizados considerando Estado ofertante, ou seja, não há como precisar o número de alunos residentes em Roraima que estejam matriculados em curso de graduação através de Educação à Distância nos dados oficiais gerados pelo MEC.

7 Apresentação e Análise dos Resultados

Considerando que a delimitação do universo de pesquisa conta com dados oficiais contidos em relatório fornecido diretamente pela Secretaria de Educação do Estado de Roraima, foi aplicado o questionário de investigação contendo onze questões (apêndice I) para um total de 412 alunos regularmente matriculados no último ano do ensino médio, no período de 01 a 05 de agosto de 2009, o que representa 10,16% do universo, neste caso 4.055 alunos.

Os questionários foram aplicados diretamente nas escolas estaduais Gonçalves Dias, Ana Libória, Camilo Dias, na Escola de Aplicação (escola federal), na escola particular Objetivo Macunaima e em dois cursos pré-vestibulares (Acadêmico e Diferencial).

O tipo de amostragem utilizado foi o não-probabilístico por acessibilidade, seguindo a linha de pensamento de Toledo e Ovalle (1995), realizado diretamente nos principais locais de fluxo desses alunos, todos situados na cidade de Boa Vista, onde se concentra 69,22% do total de alunos matriculados em todo o Estado de Roraima.

Baseando-se no cálculo feito para amostras probabilísticas, tem-se uma margem de erro de aproximadamente 2,75% para um intervalo de confiança de 95% para os resultados da pesquisa, dado que a fração de amostragem é maior que 5%.

Para o cálculo da margem de erro dos resultados encontrados, a fórmula utilizada para um intervalo de confiança de 95%, segundo Fonseca e Martins (1996) é:

$$e = [(1,96\sqrt{(p' \cdot q')/n}) \times (\sqrt{(N-n)/(N-1)})] \quad (1)$$

Isto porque a fração de amostragem é maior que 5%. Onde: e= Margem de erro dos resultados da pesquisa; z=1,96, quando o intervalo de confiança desejado é de 95%; p'=q'= 0,5. Onde p' é a proporção 1, e q'=1-p'; N= Tamanho da população alvo da pesquisa e n= Tamanho da amostra utilizado.

Os dados levantados através da aplicação dos questionários foram tabulados e armazenados por meio do programa Microsoft Excel, sendo ainda aplicado um teste de hipótese com *p-value* mediante auxílio das ferramentas do referido programa, pois o nível de significância α adotado é que define a região de rejeição da hipótese nula, independente dos resultados da amostra.

A hipótese nula (H_0) considerada foi que a proporção dos que estariam dispostos a cursar sua graduação por meio de Educação à Distância é igual a 50% (cinquenta por cento) dos

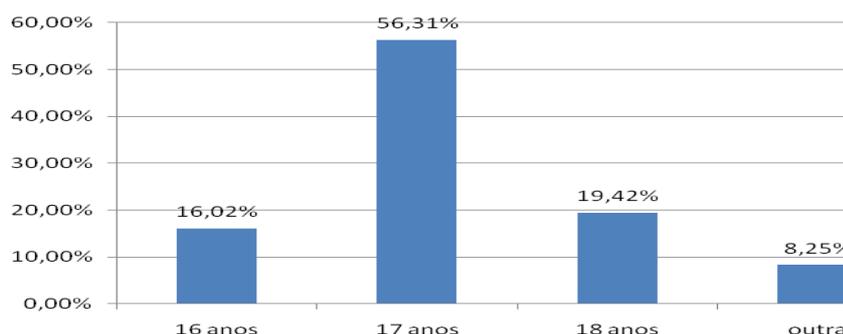
entrevistados e a hipótese alternativa (H_1) estabelecida foi que a proporção dos que estariam dispostos a cursar sua graduação por meio de EAD é menor que 50% (cinquenta por cento). A análise dos dados obtidos e a discussão dos resultados serão apresentadas no presente capítulo.

7.1 Principais Resultados do Inquérito aos Alunos Concluintes do Ensino Médio

7.1.1 Perfil Sócio-Econômico dos Entrevistados

Dentre os alunos entrevistados, 81,07% estudam em escola pública e 18,93% em escola particular e 91,75% deles encontram-se na faixa etária compreendida entre 16 a 18 anos, conforme gráfico 9.

Gráfico 9: Idade dos entrevistados.

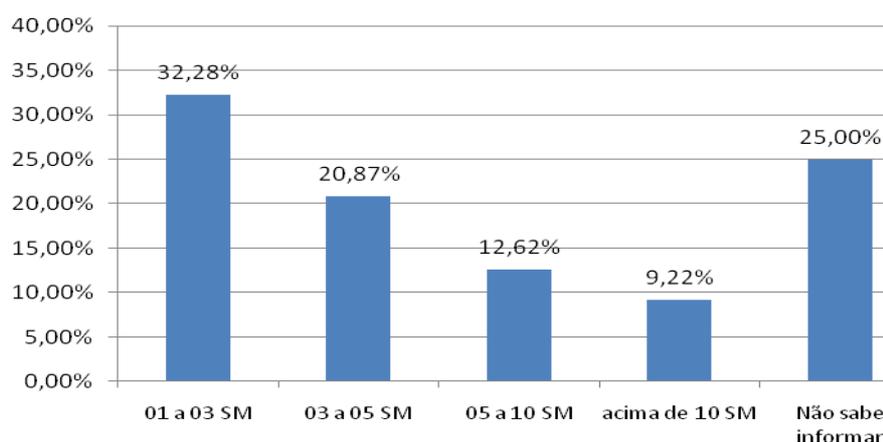


Segundo dados da Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima (SEPLAN/RR), 67,07% da população do Estado têm renda familiar compreendida entre um a três salários mínimos²⁹ e pertencem às classes sociais denominadas C e D. No Brasil, essas duas classes sociais representam juntas 68% da população, conforme demonstrado no gráfico 1 contido no item 2.2 do capítulo 2 do presente estudo.

Mesmo diante de 25% dos entrevistados que não souberam informar sua renda familiar, o resultado da pesquisa coaduna com a realidade do Estado de Roraima, haja vista que a renda da maioria dos entrevistados (32,28%) encontra-se no intervalo de um a três salários mínimos, seguida dos 20,87% cuja renda familiar se encontra entre três a cinco salários mínimos, conforme se observa no gráfico 10.

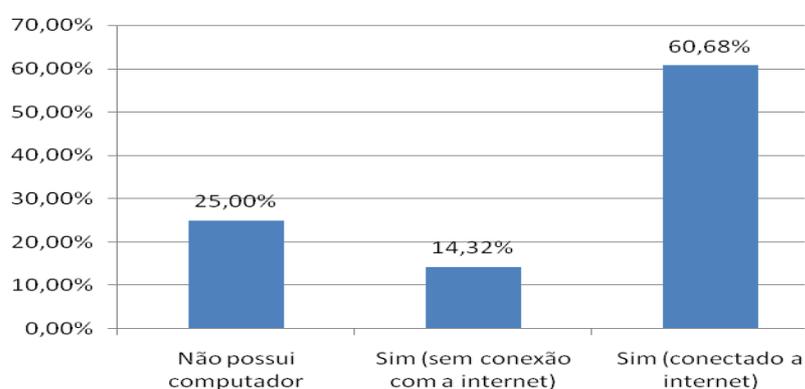
²⁹ Conforme gráfico 7 no Capítulo 5.

Gráfico 10: Renda familiar dos entrevistados.



O resultado da pesquisa TIC domicílios 2009, apresentado no capítulo 3, apontou a existência de computadores em 36% dos lares brasileiros³⁰. Contudo, apesar da faixa de renda familiar dos entrevistados ser considerada média - baixa, o gráfico 11 demonstra que o percentual de alunos que possuem computador (fixo ou portátil) em sua residência chega a 75% (60,68% conectados à internet e 14,32% sem conexão com a internet), um índice muito superior as médias nacional supramencionadas.

Gráfico 11: Entrevistado que possuem computador em casa



Uma análise pormenorizada apenas dos 309 entrevistados que declararam possuir computador em casa permite constatar que, 80,91% deles apresentam conexão com a *internet*, índice que também supera tanto a média nacional (27%) como a média da região norte (13%).

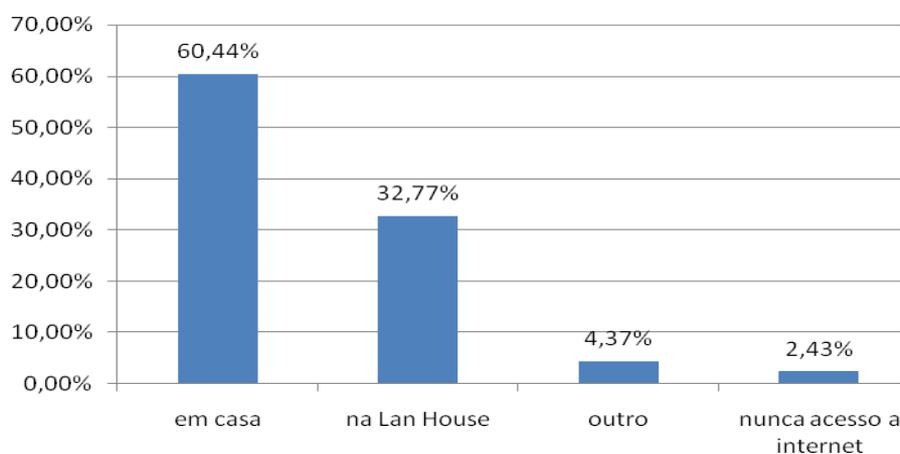
Apesar do alto percentual de entrevistados possuírem de computadores conectados à *internet*, a qualidade de conexão com a web na região norte ainda é a pior do Brasil, pois apenas 49% dos microcomputadores conectados acessam a *internet* por meio de banda larga.

³⁰ Ver gráfico 3.

Ainda à luz do gráfico 11, constata-se que 39,32% dos entrevistados não dispõem de qualquer forma de conexão com a *internet* em sua residência (seja por não ter computador em casa, seja por ter computador em casa sem conexão com a *internet*) e, quando questionados acerca do local onde costumam acessar a *internet*, o gráfico 12 ilustra que 32,77% costumam fazê-lo em uma *lan house*, ou seja, um centro público pago de acesso.

A utilização desses centros é uma alternativa bastante procurada por todos os brasileiros, sobretudo pelo grupo cuja renda *per capita* é inferior a três salários mínimos³¹, como a maioria dos entrevistados.

Gráfico 12: Local onde os entrevistados costumam acessar a *internet*.



Apenas 4,37% declaram que o fazem em outro local tais como o local de trabalho ou a biblioteca da escola e 2,58% afirmam que nunca acessam a *internet*. Tais dados também são podem ser visualizadas no gráfico 12.

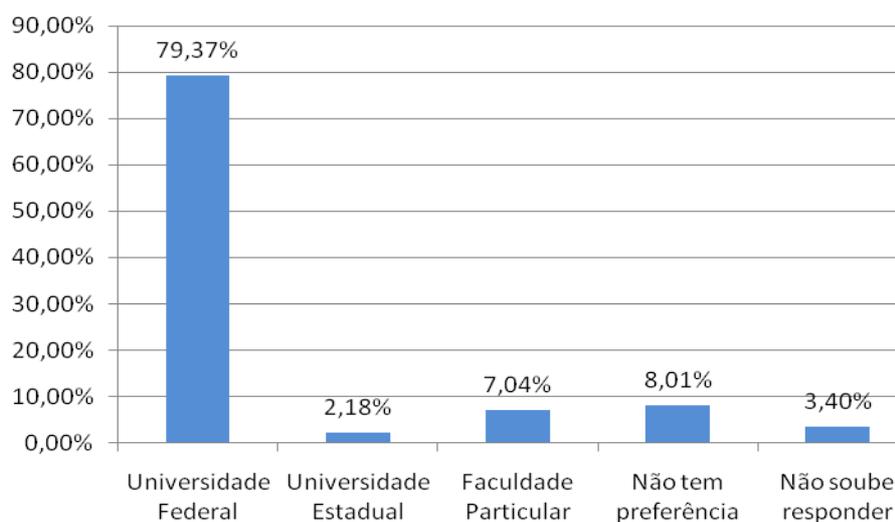
7.1.2 Aspirações dos entrevistados com relação ao curso de ensino superior

Quando questionados sobre qual a IES de sua preferência para cursar o ensino superior, percebe-se, no gráfico 13, que 81,55% dos entrevistados declaram sua preferência pelo ingresso em uma instituição de ensino pública, dos quais a maioria esmagadora, 79,37%, indica como instituição de preferência a Universidade federal pública. Apenas 7,04% dos entrevistados declaram como preferência o ingresso em uma das cinco IES particulares existentes no Estado de Roraima e 3,40% dos entrevistados não souberam responder a essa questão.

³¹ Ver gráfico 4.

A preferência pela Universidade pública federal se justifica não só pela gratuidade do ensino oferecido, mas também pela percepção de qualidade por parte dos entrevistados, principalmente quando os mesmos comparam a solidez da instituição em apreço, no que diz respeito ao seu tempo de fundação³² e a titulação do corpo docente, com as IES particulares, haja vista que, todas as IES particulares de Roraima foram criadas há menos de 10 anos e seus quadros de professores possuem menos de 13% dos doutores que atuam como docentes no Estado.

Gráfico 13: Instituição de preferência dos entrevistados para cursar o ensino superior.



Apesar de apenas 8,01% dos alunos admitirem indiferença quanto à escolha de uma das instituições contidas no instrumento de pesquisa (gráfico 13), 82,52% deles afirmaram que é mais importante o ingresso no curso superior de sua preferência, independentemente da IES que o oferece (seja ela pública ou privada). Esse poderia ser considerado um aspecto contraditório, diante da declaração de preferência da maioria absoluta dos mesmos pelo ingresso na universidade federal pública demonstrada pelo gráfico 12.

Contudo, cabe ponderar que o maior fator limitador para que os alunos ingressem na universidade federal pública é a quantidade de vagas ofertada pela referida instituição ser muito inferior à demanda, haja vista que o índice de concorrência (relação candidato vs. vaga) para o ingresso nessa IES é muito superior ao índice das IES particulares. Enquanto o número de candidatos por vaga nas IES privadas em 2008 foi de 1,4, na Universidade Federal esse número chegou a quase sete candidatos por vaga, em média.

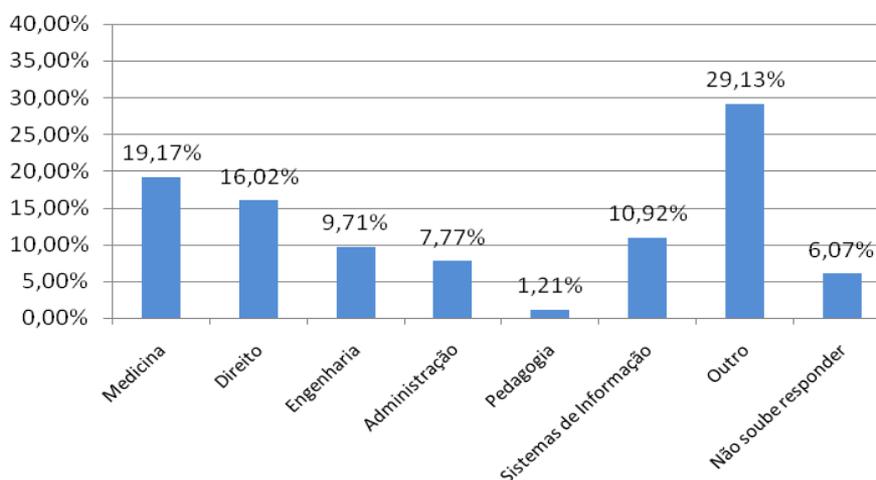
³² A Universidade Federal de Roraima foi criada em 11 de setembro de 1989.

Isso pode explicar tanto o crescimento abrupto do número de alunos da IES de natureza particular registrado no mesmo período (de 160 alunos matriculados em 2001 para 6.819 alunos matriculados em 2008) quanto o fato do índice de ociosidade de vagas em tais instituições no Estado Roraima (0,3 no ano de 2008) apresentar-se inferior à média nacional (0,5 no ano de 2008) ³³.

Quando questionados sobre o curso superior de sua preferência, as carreiras profissionais tradicionais de medicina e direito foram as mais selecionadas (19,17% e 16,02%, respectivamente), seguidas pela carreira na área de informática (Sistema de Informação ou Ciências da Computação), escolhida como preferida por 10,92% dos entrevistados, conforme se observa no gráfico 14.

Em que pese os cursos de Administração e Pedagogia possuírem o maior número de vagas disponíveis no Estado de Roraima, considerando que os mesmos são ofertados através da modalidade presencial por todas as IES públicas e três das cinco IES particulares existentes no Estado, além de ofertados através da modalidade de EAD pela Universidade Virtual de Roraima (UNIVIRR), os mesmos apresentaram o menor índice de preferência entre os alunos entrevistados (7,77% e 1,21%, respectivamente).

Gráfico 14: Curso superior de preferência dos entrevistados.



Cabe registrar que quase um terço dos alunos entrevistados, mais precisamente 29,13%, declara sua preferência por outros cursos que não os descritos explicitamente no instrumento de pesquisa, dentre os indicados encontram-se os cursos de psicologia, arquitetura, ciências biológicas, ciências contábeis, zootecnia, além de outros.

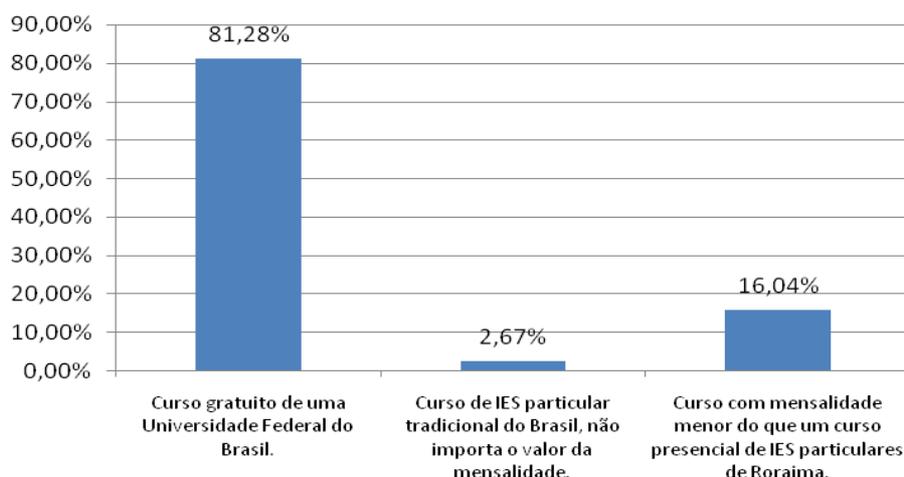
³³ Conforme tabela 13.

A indecisão dos jovens na escolha de sua carreira profissional ainda se fez presente mesmo há menos de seis meses para a realização dos processos seletivos das instituições de ensino superior, pois 6,07% dos entrevistados não souberam responder a indagação de qual o curso superior de sua preferência.

7.1.4 Posicionamento dos Entrevistados ante a Possibilidade de Realização do Curso Superior através da Modalidade de EAD

Quando questionados sobre a possibilidade realizar seu curso de graduação em universidades ou faculdades das regiões sul e sudeste do Brasil (públicas ou particulares) através da modalidade de Educação à Distância, mais de um terço dos entrevistados, 34,22%, afirmou desconhecer tal possibilidade, mesmo sendo as referidas regiões as mais desenvolvidas do país e onde se localizam as IES públicas e privadas de maior expressão no cenário nacional. Sobre a disposição em substituir o seu curso de preferência ofertado de maneira presencial pelo mesmo curso ofertado através da modalidade de EAD, 45,50% dos entrevistados responderam positivamente e, dentre eles, a grande maioria, 81,28%, só efetivaria a substituição proposta pela questão caso o curso fosse gratuito e promovido por uma IES pública federal do Brasil, conforme ilustra o gráfico 15.

Gráfico 15: Situação em que os entrevistados substituiriam o curso presencial de ensino superior pelo mesmo curso através da modalidade de EAD.



Considerando o resultado do questionamento contido na pergunta número seis do instrumento de pesquisa, foi aplicado um teste de hipótese unilateral à esquerda, que apresentou o resultado que pode ser observado na tabela 14:

Tabela 14: Teste de hipótese

Data	
Null Hypothesis $p=$	0,5
Level of Significance	0,05
Number of Successes	187
Sample Size	411

Intermediate Calculations	
Sample Proportion	0,454987835
Standard Error	0,024663181
Z Test Statistic	-1,825075408

Lower-Tail Test	
Lower Critical Value	-1,644853627
p-Value	0,033994825
Reject the null hypothesis	

O teste considerou:

- Hipótese Nula (H_0): hipótese de que a proporção dos que estariam dispostos a cursar sua graduação por meio de Educação a Distância é igual a 50% (cinquenta por cento) dos entrevistados, diante dos aspectos geográficos, econômicos e sociais existentes no Estado de Roraima
- Hipótese Alternativa (H_1): hipótese de que a proporção dos que estariam dispostos a cursar sua graduação por meio de EAD é menor que 50% (cinquenta por cento).

Considerando que um entrevistado não respondeu a pergunta, tem-se 411 respostas, das quais 187 foram positivas, ou seja, representam o número de inquiridos que estariam dispostos a substituir o curso de graduação pelo mesmo curso ofertado através da modalidade de EAD.

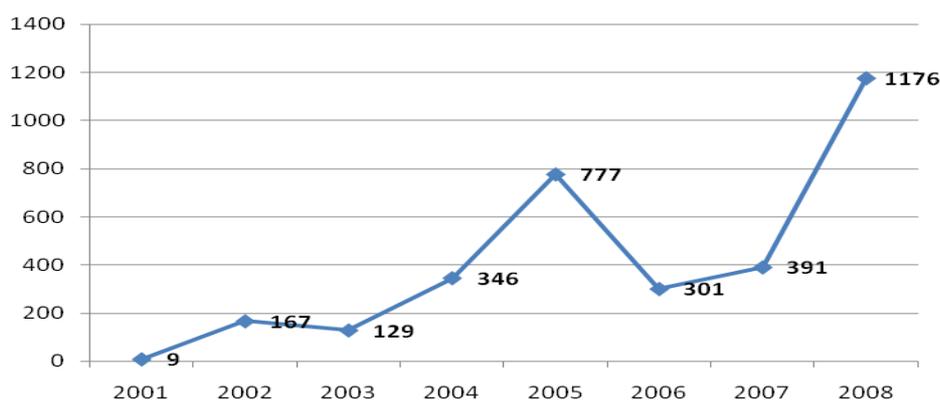
Após a aplicação do teste com o auxílio do programa Microsoft Excel, percebe-se que a H_0 foi rejeitada, logo, cabe aceitar a hipótese alternativa (H_1), ou seja, que a maioria dos entrevistados não tem intenção de substituir o curso de graduação presencial pelo mesmo curso oferecido pela modalidade de EAD.

7.2 Análise Conjunta da Ociosidade de Vagas e da Expansão da EAD

Diante da inexistência de dados oficiais disponibilizados pelo MEC que indiquem o número de alunos residentes em Roraima inscritos em cursos de graduação ofertados por meio de EAD, haja vista que os dados apenas totalizam o número de alunos matriculados em cada IES, considerando o Estado brasileiro ao qual a IES tenha sua sede e não o estado de residência dos seus alunos, o presente estudo apresenta uma análise conjunta do comportamento do percentual de vagas ociosas registrado pelas IES de natureza particular situadas no Estado de Roraima, do crescimento da EAD no Brasil (haja vista que a natureza extraterritorial dessa modalidade de ensino permite que os alunos residentes em Roraima optem por qualquer IES do Brasil para realizar seu curso de graduação) e o resultado obtido mediante pesquisa junto aos alunos concluintes do ensino médio em Roraima no ano de 2009. Considerando que todas as IES particulares localizadas em Roraima foram criadas a partir de 2001 e que os dados oficiais divulgados pelo MEC/INEP encontram-se atualizados até 2008, os dados comparados consideram o período de 2001 até 2008.

A quantidade de vagas ociosas, em números absolutos, mesmo tendo demonstrado uma significativa queda durante o biênio 2005/2007, demonstra tendência de alta desde a instalação das IES particulares em Roraima no ano de 2001, conforme gráfico 16.

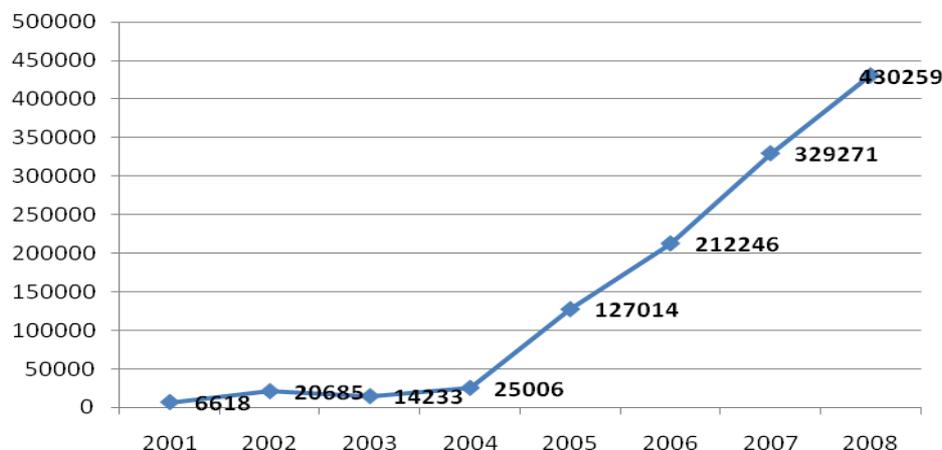
Gráfico 16: Vagas ociosas nas IES particulares de Roraima – 2001 - 2008



Fonte: MEC/INEP

Em contrapartida, o número de ingressantes em cursos de graduação realizados através da modalidade de EAD apresenta forte crescimento a partir de 2005, ano que coincide com a regulamentação do artigo 80 da LDB 9.394/96, através do Decreto n.º 5.622/05, que trata da Educação à Distância, conforme ilustra o gráfico 17.

Gráfico 17: Ingressos em cursos de graduação através da modalidade de EAD no Brasil
2001 - 2008



Fonte: MEC/INEP e ABRAEAD/2008.

Apesar da rejeição da hipótese nula (H_0) que preconiza que 50% (cinquenta por cento) dos alunos estariam dispostos em substituir o curso presencial pelo mesmo curso por meio de EAD, o índice aferido pela pesquisa de campo superou 45% dos entrevistados, dos quais mais de 80% o fariam caso o curso fosse ofertado por uma IES pública federal, um número que não pode ser desprezado pelos gestores das IES particulares do Estado de Roraima, sobretudo considerando que as vagas ofertadas pelo Sistema UAB, através da Universidade Virtual de Roraima são oriundas de IES públicas federais altamente conceituadas no Brasil, como Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

7.3 Discussão dos Resultados

Percebe-se que, independentemente da modalidade de ensino, o aluno tende a preferir realizar seu curso em uma instituição de ensino superior pública federal, pois, a chancela do diploma de graduação de um profissional costuma ter reflexo em sua aceitação no mercado de trabalho, logo, sempre que possível, o estudante optará pelo curso cuja chancela seja de uma instituição reconhecida pela sociedade.

A preferência pela chancela da universidade pública federal materializa o entendimento de Serson (2006), para quem a diferenciação consiste em fazer com que seu público alvo, na sua maior parte, classifique ou venha a classificar o serviço como “especial” e tem como alguns de seus atributos a imagem da marca e o *know how* do prestador. Isto pode tornar-se um fator

preponderante na decisão do estudante em substituir ou não o curso de graduação presencial pelo mesmo curso ministrado através da modalidade de EAD.

Apesar da disposição em substituir o curso presencial pelo mesmo curso ofertado através da modalidade de EAD ter sido expressa por um número significativo de entrevistados (45,50%), a pesquisa permitiu identificar o grande preconceito existente em relação a essa modalidade de ensino, pois, 65,05% dos entrevistados acreditam que o diploma de um curso presencial seja mais valorizado do que o diploma desse mesmo curso realizado através da modalidade de EAD, independentemente da equivalência legal de titulação dos cursos de graduação presencial e à distância ser garantida pela LDB 9.394/96, o que reflete o entendimento de Limeira (2006, p. 140), para quem “da ótica do consumidor, as marcas têm dois valores: o **valor de uso**, isto é, sua utilidade, e o **valor simbólico**, ou seja, o significado cultural associado à marca e reconhecido pela sociedade.”

8 Considerações Finais

A análise de tudo quanto foi exposto permite concluir que a expansão da EAD no Brasil, pelo menos até o presente momento, ainda não se configura como uma ameaça de grande magnitude para as IES particulares preencherem suas vagas ofertadas para os cursos de graduação.

Considerando alguns aspectos importantes para a pesquisa – como a perspectiva histórica do desenvolvimento do setor educacional no Brasil e em Roraima (tanto presencial como a distância), a situação sócio-econômica da população objeto de estudo com ênfase no isolamento físico e tecnológico da região em apreço e, principalmente, o posicionamento dos alunos acerca de suas perspectivas sobre o ensino superior e sua disposição em substituir um curso de graduação presencial pelo mesmo curso ofertado através da modalidade de EAD – tentou-se alcançar os objetivos estabelecidos bem como responder a problemática proposta.

As conclusões serão agora apresentadas bem como as limitações encontradas ao longo do trabalho de pesquisa.

Ao descrever o panorama da Educação à Distância no Brasil após a entrada em vigor da LDB 9.394/96, constatou-se a rápida expansão dessa modalidade de ensino no Brasil no que tange os cursos de nível superior em todas as vertentes, entre os anos de 2000 e 2008, tanto no número de cursos ofertados (de 10 para 647) e, principalmente, nas vagas disponibilizadas (de 6.430 para 1.699.489).

Destaca-se que as regiões Sul e Sudeste do Brasil, as mais desenvolvidas do país e onde se localizam as IES mais conceituadas pelo Ministério da Educação, são consideradas exportadoras de vagas, pois apresentaram maior crescimento no número de IES ofertantes, sejam elas de natureza pública ou particular, sendo que esse crescimento é registrado extraterritorialmente, ou seja, em locais distintos ao do Estado-sede da instituição.

O percentual de extraterritorialidade atinge 63,1% em cursos de graduação via EAD e apenas 15% das IES que promovem cursos de nível superior através da modalidade de EAD o fazem apenas em seu estado de origem. Cabe destacar que, quanto maior o percentual de extraterritorialidade das IES, maior a necessidade da manutenção da comunicação via *internet*, tanto que, 92% delas oferecem professor *on line*.

Um dos fatores limitadores da pesquisa foi à indisponibilidade de dados precisos acerca do número de alunos do Estado de Roraima matriculados em cursos de graduação através da modalidade de EAD em IES que pertença a outro Estado-sede.

No ano de 2007, pela primeira vez o número de cursos de graduação (somados aos cursos de graduação tecnológica) através de EAD superou os de pós-graduação *lato sensu*. Tratam-se dos cursos com maior carga horária e regulamentação, cujo público alvo é essencialmente composto por jovens recém saídos do ensino médio e com pouca independência financeira, perfil que se encaixa ao dos entrevistados na pesquisa de campo, pois 91,75% deles encontram-se na faixa etária compreendida entre 16 e 18 anos e todos são concluintes do ensino médio.

Considerando o crescimento dos cursos de graduação via EAD, o perfil do público alvo do ensino superior acima descrito e que o Estado de Roraima é fisicamente o mais distante das principais regiões ofertantes (a cidade de Boa Vista, capital do Estado, fica a mais de quatro mil quilômetros das principais capitais das regiões sul e sudeste do Brasil) e um dos menos desenvolvidos do Brasil, o crescimento da extraterritorialidade pode indicar uma tendência dos jovens em optar por realizar o curso de ensino superior via EAD, haja vista que 45,50% deles admitiram na pesquisa que poderiam substituir o curso presencial pelo mesmo curso através da EAD.

Contudo, mais de 30% dos entrevistados ainda desconhece que pode realizar seu curso de graduação através da modalidade de EAD e o perfil do aluno matriculado no nível superior através da referida modalidade, identificado pelo Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) ainda é composto por pessoas predominantemente mais velhas (acima de 25 anos), a maioria casada e com filhos, sendo que, o único ponto em comum entre o perfil sócio-econômico dos entrevistados e o dos alunos matriculados em cursos de graduação via EAD é que a renda da maioria, em ambos os casos, encontra-se compreendida entre um a três salários mínimos, ou seja, pertencem as classes sociais C e D.

Há que se destacar que os cursos com maior índice de preferência entre os entrevistados são, pela ordem, medicina, direito, sistema de informação e engenharia, cursos que ainda não são ofertados através da modalidade de EAD. Tal impossibilidade pode ter reduzido a intenção de substituir o curso presencial pelo curso a distância.

Ademais, dentre os cursos de graduação via EAD oferecidos no Estado de Roraima, encontram-se os cursos de Administração, Pedagogia e os cursos voltados para a área de capacitação docente como Física, Química, Matemática, Geografia e Biologia, que contam com o menor índice preferência entre os entrevistados.

Outro aspecto relevante que pode contribuir para que não se opte por substituir um curso presencial pelo mesmo curso oferecido através da modalidade de EAD é o alto índice de entrevistados que não possuem conexão com a *internet* em sua residência (quase 40%), seja

por não possuir computador ou pelo computador não dispor de conexão com a *web*, bem como a precariedade de banda larga como forma de conexão no Estado de Roraima, haja vista que praticamente todos os cursos dessa natureza dependem de interação *on line*.

Entre os anos de 1989 e 2001 o Estado de Roraima contava apenas com uma única IES de natureza pública federal. Todas as IES particulares hoje existentes na região foram criadas no início da presente década e obtiveram uma expansão vertiginosa entre os anos de 2001 a 2008. Para ilustrar tal expansão, registra-se que o número de alunos matriculados saltou de 160 para 6.819, no referido período.

A região norte do Brasil é a mais carente de mão de obra qualificada em todos os aspectos, sobretudo em função do ensino superior ser oferecido basicamente por IES públicas federais antes do início da vigência da LDB 9.394/96 e, com relação à formação dos docentes, não é diferente.

O reflexo da desqualificação se vislumbra quando se compara o corpo docente das IES particulares com as públicas. Apesar do número de alunos matriculados serem próximos nos dois tipos de instituições (55,71% matriculado em IES pública e 44,29% em IES particular, conforme tabela 12), o quadro de professores das instituições particulares é composto essencialmente por especialistas e, do total de doutores que atuam no Estado de Roraima, apenas 13% atuam nas IES particulares.

Não por coincidência, 79,37% dos entrevistados declararam preferir ingressar na Universidade pública federal e, dentre os que cogitaram a possibilidade de substituir o curso presencial pelo mesmo curso através da modalidade de EAD, 81,28% só o fariam caso o curso via EAD fosse gratuito e oferecido por uma IES pública federal do Brasil.

Sobre esse aspecto, a revisão bibliográfica permite constatar que um fator preponderante que não pode ser desconsiderado na decisão de substituição é o valor do bem para o consumidor, neste caso, o estudante, principalmente porque a educação pode ser considerada como um serviço de especialidade, ou seja, um serviço pelo qual o cliente está disposto a ir mais longe ou a pagar mais caro para dele dispor.

Logo, para o estudante, além do valor de uso do bem ou serviço, isto é, sua utilidade, é igualmente ou até mais relevante o seu valor simbólico, ou seja, o significado cultural associado à marca, no presente caso, a Universidade pública federal, ser mais reconhecida pela sociedade

O outro fator primordial que dificulta a aceitação da modalidade de EAD talvez seja o grande interstício de tempo decorrido entre o surgimento e a oficialização da Educação à Distância

no Brasil, o que demonstra que a EAD foi considerada como uma forma “inferior” de prática pedagógica no meio acadêmico e tornou-se objeto de preconceito.

A pesquisa exploratória permite concluir que a EAD ainda é vista com preconceito pelo senso comum da maioria da população entrevistada e, pode-se supor, pela população roraimense, haja vista que 65,05% dos entrevistados acreditam que o diploma de um curso presencial seja mais valorizado do que o diploma desse mesmo curso realizado através da modalidade de EAD, independentemente da equivalência legal de titulação dos cursos de graduação presencial e à distância ser garantida pela LDB 9.394/96.

Logo, conclui-se que o preenchimento das vagas ofertadas pelas IES particulares ainda não está seriamente ameaçado pela expansão dos cursos de graduação através da modalidade de EAD diante da inexistência da oferta dos cursos de maior preferência pelo público alvo básico do ensino superior (Medicina, Direito, Sistema de Informação e Engenharia) através dessa modalidade, bem como pelo fato de 82,52% dos entrevistados ter declarado que optam pelo ingresso no curso de sua preferência, independentemente da IES (pública ou privada) que o oferece, além da escassez de vagas disponibilizadas pela Universidade pública federal.

Contudo, diante do significativo número de entrevistados que se declararam dispostos a substituir seu curso presencial de preferência pelo mesmo curso ofertado através da modalidade de EAD, desde que o mesmo seja gratuito e ofertado por IES pública federal, cabe recomendar que as IES particulares considerem o Sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil), presente em todos os municípios do Estado de Roraima através da Universidade Estadual de Roraima (UNIVIRR), como ameaça significativa na condição de produto substituto pelo menos com relação aos cursos presenciais ofertados pela mesma que coincidam com os seus próprios cursos, principalmente com relação ao curso de Administração, que foi o curso pioneiro das três maiores IES privadas de Roraima.

Para minimizar a ameaça pontual destacada, cabe recomendar aos gestores das IES particulares que procurem apresentar serviços com características únicas para que despertem o desejo dos estudantes em optar pela diferenciação, ou seja, fazer com que seu público alvo, na sua maior parte, classifique ou venha a classificar o serviço como “especial”, pois a diferenciação será um fator preponderante na decisão do estudante em substituir ou não o curso de graduação presencial pelo mesmo curso ministrado através da modalidade de EAD.

O presente estudo não teve a pretensão de esgotar o tema e sim induzir questionamentos acerca do dinamismo das variáveis ambientais que circundam as IES privadas situadas no Estado de Roraima e a necessidade de conhecimento e adaptação das mesmas ao ambiente ao qual se inserem para lograrem êxito em seus propósitos.

9 Referências Bibliográficas

Anuário Brasileiro Estatístico da Educação Aberta e a Distância – ABRAEAD (2008).

Aretio, Garcia (1994), *Educación a distancia hoy*. Madrid: UNED.

Brasil (2005), *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Senado Federal.

_____, (2006), Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Educação Superior Brasileira: 1991-2004*. Brasília.

Cervo, A. L. e P. A. Bervian (2006), *Metodologia Científica*. 6º Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Cobra, M. e R. Braga (2004). *Marketing Educacional: ferramentas de gestão para instituições de ensino*. São Paulo: Cobra Editora.

Cotação do Euro. Disponível em <http://www.debit.com.br/coloqueindices.php?opcao=2>

Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. *Regulamenta o Art. 80 da LDB n.º 9.394 e dispõe sobre a legislação brasileira para educação à distância*, <http://www.planalto.gov.br>

Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005. *Regulamenta o Art. 80 da LDB n.º 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*, <http://www.planalto.gov.br>

Decreto 5.800, de 08 de junho de 2006. *Cria a Universidade Aberta do Brasil (UAB)*, <http://www.planalto.gov.br>

Divisão de Classes Sociais no Brasil,
<http://controle-financeiro.blogspot.com/2008/01/diviso-de-classes-sociais-no-brasil.html>

Entrevista com o Presidente da Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED),
<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=16680>

FACULDADE ATUAL DA AMAZÔNIA. Disponível em <http://www.faculdadeatual.edu.br>. Acesso em: 12 jan. 2009.

FACULDADES CATHEDRAL. Disponível em: <http://www.cathedral.edu.br/boavista>. Acesso em: 12 jan. 2009.

FACULDADE DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E TEOLOGIA DO NORTE DO BRASIL. Disponível em: <http://www.faceten.com.br>. Acesso em 12 jan. 2009.

FACULDADE DE TEOLOGIA DE BOA VISTA. Disponível em: <http://www.fatebov.com.br>. Acesso em 12 jan. 2009

FACULDADE RORAIMENSE DE ENSINO SUPERIOR. Disponível em: <http://www.fares.edu.br>. Acesso em: 12 jan. 2009.

- Fonseca, J. e G. Martins. (1996). *Curso de Estatística*. 6. Ed.; São Paulo: Atlas.
- Freitas, A. (2001), *Geografia e História de Roraima*. Boa Vista: DLM.
- Gil, A. C. (2002), *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_4.pdf.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/09_03_30_ComunicaPresi_Emp_Publico_v19.pdf
- INEP, Instituto Anísio Teixeira, Censo da Educação Superior, <http://www.mec.gov.br>
- Keegan, D. (1996), *Foundations of Distance Education*. London: Routledge.
- Kotler, P. (2000), *Administração de Marketing*. Rio de Janeiro: Prentice Hall.
- Landim, C. M. F. (1997), *Educação à distância: algumas considerações*. Rio de Janeiro.
- Lapponi, J. C. (2005), *Estatística Usando Excel*. Rio de Janeiro: Campus.
- Lei nº 9.649 de 27 de maio de 1998. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Leis/9649_98.html
- Lei nº 9.870 de 23 de novembro de 1999. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, 24 nov. 1999, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9870.htm
- Lei n.º 12.255 de 15 de junho de 2010, reajusta o salário mínimo no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2010, <https://www.planalto.gov.br/>
- Lucena, M. (1997), *Um modelo de escola aberta na Internet: kidlink no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasport.
- Maia, M. C. (2003), *O uso da tecnologia de informação para a Educação à Distância no Ensino Superior*. Tese de Doutorado em Administração de Empresas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.
- Medeiros, J. B. (2006), *Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas*. 7. Ed. São Paulo: Atlas.
- Meyer Jr, V. e G. Mugnol (2004). *Competição e Estratégia no Contexto das Instituições de Ensino Superior Privadas*. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v.4, n.11, p. 153-165.
- Mintzberg, H., B. Ahlstrand e J. Lampel (2001), *Safari de Estratégia*. trad. Nivaldo Montingelli Jr. – Porto Alegre: Bookman, 2000.
- Mintzberg, H. e B. Quinn (2001), *O Processo da Estratégia*; trad. James Sunderland Cook, - 3. Ed. – Porto Alegre: Bookman.

Montgomery, C. A. e M. E. Porter (1998), *Estratégia: a busca da Vantagem Competitiva*; trad. Bázan Tecnologia e Linguística – Rio de Janeiro: Campus.

Motta, P. C. (1999), *Pesquisando a satisfação do consumidor: aplicação a todos os tipos de serviços externos e internos*. Rio de Janeiro: Papel & Virtual.

Niskier, A. (1999). *Educação à distância: a tecnologia da esperança; políticas e estratégias a implantação de um sistema nacional de educação aberta e a distância*. São Paulo: Loyola.

Pesquisa TIC domicílios 2009, <http://www.cgi.br/>

PNDU, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh20072008/hdr_20072008_pt_complete.pdf

Porter, M. E. (1986), *Estratégia Competitiva: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. Tradução de Elizabeth Maria de Pinho Braga; revisão técnica de Jorge A. Garcia Gomez. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

Preti, O. (1996), *Educação a Distância: Uma Prática Educativa Mediadora e Mediatizada*. Cuiabá: NEAD/IE-UFMG.

Reis, A. M. V. e H. V. dos Santos Jr. (1991), *Administração do Ensino a Distância - Um Desafio*. Niterói, RJ: Centro de Educação, ed. GRAFCON.

Relatório do Ministério da Educação (2002), Comissão Assessora para Ensino Superior a Distância, <http://www.mec.gov.br>

Roberts, J. M. (1996), *The story of distance education: a practitioner's perspective*. In: Journal of the American Society for Information Science, v. 47, n. 11, p. 811-816.

Rudio, F. V. (2008), *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 35. Ed.; Petrópolis: Vozes.

Santos, R. S. (2008), *Pela primeira vez mais da metade da população já teve acesso ao computador*. In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2007. São Paulo, pp. 35-39.

Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima (2008), *Anuário Estatístico de Roraima 2008*. Boa Vista: CGEES/SEPLAN-RR.

_____ (2009). *Indicadores de Crescimento e Desenvolvimento do Estado de Roraima*. Boa Vista: DEES/SEPLAN-RR.

Santos, D. (2008), *Revisão da Literatura: Educação à Distância*, [http://www.administradores.com.br/artigos/Revisão da literatua educacao a distancia/20863/](http://www.administradores.com.br/artigos/Revisão_da_literatua_educacao_a_distancia/20863/)

Schwartzman, J e N. O. Schartzman (2002), *O ensino superior privado como setor econômico*. Rio de Janeiro: BNDS, www.schwartzman.org.br.

Silveira, L. Z. *et al.* (2005), *Educação à Distância: Uma Estratégia Competitiva no Mercado Educacional de Ensino Superior* Artigo publicado no 3º Simpósio FUCAPE de Produção Científica.

Soares, G. G. M. (2008) Banda larga: Direito humano ou mercadoria? In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2007*. São Paulo, pp. 41-45.

Toledo, G. L. e I. I. Ovalle (1995), *Estatística Básica*. São Paulo: Atlas.

Vergara, S. C. (2006). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 7. Ed.; São Paulo: Atlas.

APÊNDICES

Apêndice I – QUESTIONÁRIO

Instruções de Resposta

Este questionário será utilizado para uma pesquisa de dissertação de mestrado que tem como tema: “A Educação à Distância no Contexto das Instituições de Ensino Superior Particulares Localizadas no Extremo Norte da Amazônia Legal Brasileira: O Caso de Roraima.”

É importante que seja respondido com o máximo de rigor e honestidade visto que qualquer informação desonesta colocará em risco toda a pesquisa realizada.

Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas o seu parecer pessoal e sincero.

Este questionário é de natureza confidencial. O tratamento deste, por sua vez, é efetuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o anonimato do colaborador é respeitado.

Muito obrigada pela sua colaboração

QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS

1. Onde você estuda?

- Escola Pública
- Escola Particular

2. Qual a instituição de sua preferência para cursar o ensino superior no Estado de Roraima?

- Faculdade Particular (Atual, Cathedral, Fares, Fatebov, Faceten)
- Universidade Federal - UFRR
- Universidade Estadual – UERR
- Não tenho preferência

3. Qual o curso superior de sua preferência?

- Medicina
- Direito
- Engenharia
- Administração
- Pedagogia
- Sistemas de Informação (Ciências da Computação)
- Outro. Qual? _____

4. O que é mais importante para você ?

- Ingressar no curso de sua preferência pessoal, qualquer que seja a instituição de ensino (pública ou particular).
- Ingressar em uma instituição de ensino pública, mesmo que em um curso diferente de sua preferência pessoal.

5. Você sabe que pode realizar seu curso de graduação (faculdade) em Universidades ou Faculdades do Sul e Sudeste do Brasil (públicas ou particulares) através da modalidade de Educação à Distância?

- Sim
- Não

6. Você substituiria o curso de ensino superior de sua preferência pelo mesmo curso oferecido através da modalidade de Educação à Distância (EAD)?

- Sim, caso o curso seja gratuito e promovido por uma Universidade Federal do Brasil.
- Sim, caso o curso seja de uma Faculdade particular tradicional do Brasil, não importa o valor da mensalidade.
- Sim, caso o valor da mensalidade seja menor do que o praticado pelas Faculdades particulares de Roraima.
- Não, independentemente da Universidade Pública ou Faculdade particular que promova o curso.

7. Você acredita que o diploma de um curso tradicional é mais valorizado que o diploma do mesmo curso realizado através da modalidade de Educação à Distância?

- Sim
- Não

8. Você tem computador em casa (fixo ou portátil)?

- Não
- Sim (sem conexão com a Internet)
- Sim (conectado a Internet)

9. Onde você costuma acessar a internet?

- em casa
- na *Lan House*
- nunca acesso a internet

Outro. Qual? _____

10. Qual a faixa de renda da sua família?

- 01 a 05 salários mínimos
- 05 a 10 salários mínimos
- acima de 10 salários mínimos
- não sei informar

11. Favor informar a sua idade: _____ anos.